

04 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Juízes punidos custam R\$ 45 mi em 6 anos

CNJ enumera 45 magistrados que foram aposentados compulsoriamente desde 2008, mas ainda ganham em média R\$ 25 mil mensais

Juízes punidos receberam R\$ 45 milhões

Acusados de irregularidades, 45 juízes foram punidos com aposentadoria compulsória desde 2008. É a pena administrativa mais dura prevista, mas seguem recebendo R\$ 25 mil mensais, na média, informa Fausto Macedo. Com 39 deles, o gasto foi de R\$ 44,6 milhões.

Fausto Macedo

Um contingente de 45 juízes punidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com aposentadoria compulsória - a mais grave das penalidades administrativas aplicada à categoria - continua recebendo rotineiramente pagamentos mensais, na média de R\$ 25 mil cada. Com 39 deles o Tesouro já desembolsou R\$ 44,6 milhões, valor estimado a partir dos números do contracheque, do tempo de serviço e dos meses sem trabalhar. Para os demais não há apurações sobre o valor desembolsado.

As aposentadorias foram decretadas a partir de fevereiro de 2008. A lista de acusações é diversificada e envolve desde violação ao decoro e conduta incompatível com o exercício da função até suspeitas de corrupção e incompatibilidade entre rendimento e movimentação financeira. Há casos também de busca de "favores íntimos" para proferir decisão, apropriação de arma recolhida nos autos, conluio com advogados, interferência na distribuição de processos, embriaguez e até incentivo e colaboração com a exploração sexual de adolescente.

A perda definitiva do cargo só pode ocorrer por meio de ações judiciais. Raramente, porém, elas são instauradas, porque os tribunais não comunicam os casos ao Ministério Público. Quando abertas, arrastam-se durante anos.

Enquanto isso, os magistrados continuam desfrutando da remuneração, que, no caso dos 45 da lista do CNJ, bate no teto constitucional. A relação inclui juiz de primeiro grau, desembargador federal, desembargador estadual e até um ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Paulo Medina foi aposentado do STJ em 2010, por unanimidade, acusado de vender sentenças e ter recebido cerca de R\$ 1 milhão para beneficiar empresas de máquinas caça-níqueis. Calcula-se que o ex-ministro recebeu R\$ 1,18 milhão desde que foi para casa. Uma ação penal contra ele arrasta-se no Supremo Tribunal Federal desde novembro de 2008.

O defensor de Medina, o criminalista Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, disse que essa situação transformou o cliente em "um morto vivo". "O doutor Medina quer ser julgado, não interessa que o processo se prolongue indefinidamente", afirmou Kakay. "Não há provas, nada que incrimine o ministro. É um processo turbulento."

O aposentado mais antigo é um juiz de Rondônia. Afastado há 77 meses, ele já recebeu R\$ 1,94 milhão nesse período. O Estado com maior número de aposentados é Mato Grosso, com dez togados: três desembargadores e sete juízes de primeira instância, suspeitos de terem desviado R\$ 1,2 milhão do Tribunal de Justiça para uma cooperativa de crédito ligada a uma loja maçônica.

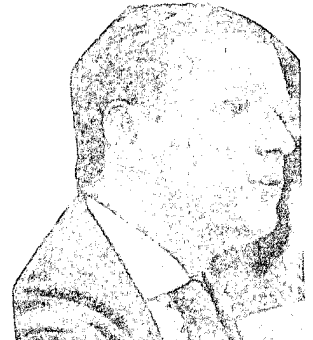
Banco de dados. Uma resolução apresentada na sexta-feira no CNJ pelo conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira pretende encerrar situações como as dos 45 listados pelo CNJ. A proposta é criar de um banco de dados para reunir ações judiciais nas quais é requerida a perda de cargo do magistrado aposentado compulsoriamente.

Essas informações integrariam o programa Justiça Plena, com inserção no Sistema de Acompanhamento de Processos de Relevância Social. Fora isso, a Corregedoria Nacional de Justiça poderá celebrar acordos ou convênios com o Ministério Público e órgãos de advocacia pública para facilitar a troca de informações, o que aceleraria as ações contra os juízes infratores.

Silveira defende também um índice aberto à consulta pública. "O controle social é a ferramenta mais poderosa", diz. "A sociedade não entende e não aceita mais esse tipo de privilégio."

Falta ser votado na Câmara

Em 2013, o Senado aprovou um substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 53, que põe fim à aposentadoria compulsória para juízes e membros do Ministério Público.



Silveira. 'O controle social é a ferramenta mais poderosa'

CONTINUA

04 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Lista da CNJ não inclui 'disponibilidade'

A lista feita pelo CNJ não inclui magistrados postos em disponibilidade – outra sanção prevista na lei. Nesse caso o juiz continua na ativa e recebe proventos, mas não dá expediente.

É o caso do juiz eleitoral Marcelo Holland Neto, de São Paulo. Ele está fora de suas funções há 22 anos, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. Foi afastado sob a acusação de intervir na apuração de votos e supostamente ter possibilitado a alteração de resultados na eleição para a Câmara Municipal de Guarulhos, em 1992, com o intuito de beneficiar dois candidatos.

O juiz requereu ao Tribunal de Justiça, em duas ocasiões, sua volta aos quadros do Judiciário, mas não foi atendido. O advogado Daniel Calazans, que o representa, argumenta que a pena de disponibilidade tem natureza temporária e que o juiz estaria sendo punido de forma mais grave que a aposentadoria compulsória. / F.M. e VALMAR HUPSEL FILHO

04 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO

É preciso mais rigor contra menores infratores?

Thales Cezar de Oliveira

Sim Passados 24 anos de sua promulgação, o ECA precisa ser repensado na forma de responsabilização do adolescente infrator, pois este não é mais aquele pensado pelo Estatuto quando de sua formulação. O número de infratores aumenta absurdamente na capital de São Paulo - cresceu em 80% o total dos crimes praticados pelos menores, na última década.

Além disso, a gravidade desses crimes se modificou ao longo dos anos. No começo da vigência do Estatuto o maior número de crimes era de furto (sem violência). Hoje, os atos mais comuns são de roubo (com violência ou emprego de arma) e tráfico de drogas. Os latrocínios (roubo com morte da vítima) crescem assustadoramente.

As punições do ECA não são compatíveis com esse quadro. Elas até são suficientes nos pequenos crimes mas são fracas em casos mais graves, como roubos e homicídios. A redução da idade penal para 16 anos e a internação mais longa precisam ser enfrentadas de frente pela sociedade.



PROMOTOR DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Fernando Castelo Branco

Não A angústia social gerada pela sensação de impunidade impõe ao poder público a necessidade de obter soluções no combate à criminalidade. É notório que a delinquência praticada pelos menores infratores é tão perniciososa à sociedade quanto a cometida pelos maiores imputáveis.

Está em debate atualmente se o limite de privação de liberdade do menor infrator, de até três anos de internação, é, ou não, suficiente. Entendemos que sim, desde que sejam adotadas as medidas socioeducativas voltadas à sua reinserção social. Muitas delas, inclusive, já previstas em lei.

O simples encarceramento, por mais que se evite essa terminologia, conduz a caminho oposto à ressocialização, servindo apenas como escola de criminalidade.

O regime da "liberdade assistida", no qual o jovem infrator tem a supervisão de um orientador, é previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Nossa história legislativa já mostrou que endurecer as penas, por si, jamais solucionou o problema.



PROFESSOR DE PROCESSO PENAL DA PUC-SP

Vítima de trote ganha direito de transferência

O calouro vítima de trote violento na Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (Famerp), em março, ganhou na Justiça o direito de se transferir para a Universidade Federal de Minas Gerais. Após ter recurso negado em primeira instância, o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região autorizou a mudança. O aluno abandonou a Famerp após ser humilhado em festa de calouros. Ele foi encontrado inconsciente e seminu, com vômito e urina sobre o corpo, à beira de uma piscina, em um clube local.

04 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO Eleitor experiente

Ao contrário das previsões que apontavam para maior peso dos jovens nessas eleições, em comparação com as anteriores, os números do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) indicam que o eleitorado envelheceu, acompanhando a tendência da população detectada pelo IBGE.

Pelas informações estatísticas divulgadas pelo TSE, serão 142,8 milhões de eleitores nas eleições de 2014, o que significa um acréscimo de 2,17 milhões em relação às de 2012. Quando se compara com as eleições presidenciais de 2010, há mais 7 milhões de pessoas com título de eleitor. É quase o total de eleitores do mais populoso município brasileiro, São Paulo, que conta com 8,78 milhões de eleitores (dez vezes mais que o segundo município do Estado de São Paulo em número de eleitores, Guarulhos, com 868 mil). A desproporção entre os Estados também permanece alta. São Paulo tem 32 milhões de eleitores (22,4% do total do eleitorado brasileiro), enquanto Roraima – o Estado brasileiro menos populoso – tem 1,1 milhão (0,8%).

Destaca-se a diminuição do eleitorado facultativo jovem, entre 16 e 17 anos. Em 2010, eram 2,4 milhões de eleitores nessa faixa etária. Agora, são apenas 1,6 milhão, um decréscimo de 31,5%. Tal dado vem corroborar o distanciamento e o desinteresse da juventude pela política, fenômenos frequente-

mente anunciados e debatidos, mas que agora recebem uma comprovação fática.

Não faltam histórias de pessoas que poderiam votar, mas preferiram não fazê-lo. É o caso de Letícia Vieira, 17 anos, estudante do ensino médio. Em entrevista ao **Estado**, contou que desistiu de tirar o título ao saber que havia perdido a vaga de um emprego em um shopping. “O título de eleitor, se vale alguma coisa, é só para trabalhar, porque não dá para usá-lo para votar.” E justificava a sua posição dizendo que os políticos, “todos corruptos”, “não cumprem o que prometem. Então, para que votar?”.

Ainda que o Brasil continue a ser um país jovem – quando comparado com países desenvolvidos, especialmente os europeus –, a baixa taxa de natalidade e o aumento da expectativa de vida já apresentam seus sintomas no eleitorado nacional. Nas próximas eleições, serão 58 milhões de eleitores acima de 45 anos (40,7% do total do eleitorado), 33,2 milhões entre 35 e 44 anos (19,9%) e 56,3 milhões de eleitores entre 16 e 34 anos (39,4%). Em 2010, a parcela de mais idade (acima de 45 anos) correspondia a 38% da população; a intermediária (entre 35 e 44 anos), a 20%; e a mais jovem (abaixo dos 34 anos), a 42% do total do eleitorado. São mudanças significativas para um período de 4 anos e podem influenciar os resultados.

Além da idade, as estatísticas indicam uma alteração no grau de instrução. Pela primeira vez,

haverá mais eleitores com ensino superior completo (8 milhões, 5,6%) do que analfabetos (7,4 milhões, 5,2%). Nas eleições de 2012, a situação era inversa: 7,8 milhões de eleitores analfabetos ante 6,2 milhões com o ensino superior completo. No entanto, o grau de instrução com maior proporção no eleitorado continua sendo o ensino fundamental incompleto: 33,08% dos eleitores em 2010 estavam nessa categoria, e agora são 30,2%.

Se as causas para essas mudanças no eleitorado não são difíceis de serem identificadas – por exemplo, o envelhecimento da população e a crescente universalização do ensino –, os seus efeitos ainda precisam ser desvendados. Como se comportarão, por exemplo, os eleitores com mais de 35 anos (60,5% do eleitorado), que viveram o período pré-Plano Real, com altas taxas de inflação? Essa mesma faixa etária já participou de, no mínimo, quatro eleições presidenciais e tem experiência de como funciona a corrida eleitoral, com as suas promessas, os seus debates. É gente escaldada, que certamente não verá com olhos ingênuos o horário eleitoral gratuito.

Há uma mensagem inequívoca que o perfil do eleitorado impõe aos atuais candidatos: a urgente necessidade de uma melhora qualitativa do debate eleitoral. Seja porque os eleitores estão mais experientes, seja porque os jovens estão mais desiludidos. O eleitor quer mais. O eleitor exigirá mais.

03 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO

As reintegrações de posse

Com cuidado e inteligência, a Polícia Militar (PM) de São Paulo vem conseguindo executar sem maiores incidentes as determinações judiciais de reintegração de posse nas propriedades públicas e privadas invadidas por movimentos sociais. Somente nos últimos dias a PM cumpriu três mandados de desocupação – dois no centro da cidade e outro na zona sul.

A desocupação mais importante ocorreu no terreno do Morumbi que foi invadido no dia 21 de junho pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Com 60 mil metros quadrados, ele pertence a uma construtora e a ocupação foi batizada de “Portal do Povo” pelos invasores. Para evitar que a reintegração se convertesse em batalha campal, o que permitiria aos líderes do MTST apresentar-se como vítimas da opressão do poder público, a Secretaria da Segurança Pública e o comando da PM não esperaram esgotar o prazo para a desocupação determinado pela Justiça. “Fomos surpreendidos”, disse o coordenador nacional do movimento, Guilherme Boulos.

O prazo se esgotava no dia 31 de julho, mas a PM cumpriu a ordem judicial no início da manhã do dia 28, quando os sem-teto ainda dormiam. Boulos alegou que a PM não teria cumprido um acordo para a saída dos invasores e que o MTST vinha negociando uma prorro-

gação da data-limite para a desocupação com a juíza encarregada do processo. Além de distribuir nota acusando o coordenador nacional do MTST de “utilizar o déficit habitacional da cidade para fazer proselitismo eleitoral, politizar processos judiciais e criar situações conflituosas”, a Secretaria da Segurança Pública esclareceu que o cumprimento de mandados de reintegração de posse não precisa, necessariamente, ser realizado no último dia, podendo ser antecipado.

Segundo a PM, os invasores foram retirados sem incidentes e cerca de 200 barracos de lona e plástico foram derrubados – nas contas do MTST, teriam sido 3.900 barracos. Em resposta, Boulos prometeu que os sem-teto irão “cobrar o governador Geraldo Alckmin por quebra de acordo” e promover mais passeatas para paralisar o trânsito da capital, com apoio de participantes de outras invasões de propriedades públicas e privadas. “É uma resposta à facada nas costas que deram no movimento”, afirmou.

As outras ordens de reintegração de posse foram realizadas no centro histórico da capital. Uma ocorreu na Rua da Consolação, nas proximidades das Ruas Marquês de Paranaguá e Visconde de Ouro Preto, onde cerca de 200 sem-teto do movimento Luta Popular por Moradia (LPM) ocupavam, há mais de dois meses, um prédio comercial de nove andares. O imóvel pertence a um plano de

assistência médica, que o adquiriu para instalar seu setor administrativo.

A exemplo do que aconteceu no despejo da “Ocupação Portal do Povo”, os líderes dos invasores também reclamaram que a PM e o oficial de Justiça chegaram muito cedo, por volta das 6 horas da manhã, pegando todos de surpresa. “Estamos sendo alvo de um gravíssimo erro jurídico, pois deveríamos ter sido avisados”, disse o líder da ocupação, Ricardo Luciano.

A última desocupação ocorreu na Rua Líbero Badaró, num prédio situado a 200 metros da sede da Prefeitura Municipal de São Paulo. A área tem vários imóveis invadidos por distintos movimentos sociais. Como na execução dos dois outros mandados de reintegração de posse, a PM também chegou muito cedo, surpreendendo os invasores. Quatro caminhões deram apoio à operação, que transcorreu sem incidentes.

A ação prudente e sensata da PM na execução de mandados de reintegração de posse é uma resposta à ousadia e truculência dos movimentos sociais, que não hesitam em aproveitar o período eleitoral para desafiar o poder público e afrontar as instituições. A prepotência desses movimentos e seu desprezo pela ordem legal ficam claros quando seus líderes reclamam que a PM não os informa previamente de suas ações e prometem recorrer a mais invasões e atos violentos, como vingança.

03 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Na letra da lei

Redação infeliz

Tribunal.
'A aplicação
do artigo
235 expressa
aversão
e repulsa'

Procuradoria-Geral da República admite ser 'absolutamente dispensável' menção a pederastia e prática homossexual no Código Penal Militar

— “Não há dispositivo que impeça um militar de ser homossexual.

Mas há um sugestivo preconceito na letra da lei”, disse em entrevista a ministra Maria Elizabeth Rocha, indicada presidente do Superior Tribunal Militar (STM), sobre a pederastia, considerada crime militar.

Roger Raupp Rios

“Pederastas” e “homossexuais” têm experimentado uma longa história de discriminação. Até hoje, sua presença e práticas sexuais despertam forte preconceito e violência. No campo jurídico, desde a década de 1980 há avanços importantes. Da descriminalização da sodomia (definida como prática sexual privada consensual entre adultos do mesmo sexo) até o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, a tarefa é consolidar a democracia e fortalecer a igualdade. No Brasil, apesar de práticas sexuais homossexuais deixarem de ser crime já no Código Criminal do Império (1830), permanece intocado o artigo 235 do Código Penal Militar (1969). Batizada pela lei de “pederastia ou outro ato de libidinagem”, ali está descrita uma conduta criminoso: “Praticar ou permitir o militar que com ele se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito à administração militar”.

Em sua última manifestação a respeito, a Procuradoria-Geral da República (PGR) admitiu a “redação infeliz” da norma, a “despicienda remissão à prática homossexual”, ser “absolutamente dispensável” a menção à pederastia e ao ato homossexual; ao mesmo tempo, reafirmou que “não há rigorosamente nenhum prejuízo à inteligência da norma, que visa a punir quaisquer atos libidinosos em local sujeito à administração militar, de maneira absolutamente independente da orientação sexual de seus protagonistas”.

Com a devida licença, não há como sustentar essa posição. A elaboração, aprovação e manutenção de tal norma no direito brasileiro causam dano grave, real, direto e imediato a “pederastas” e “homossexuais”.

Em primeiro lugar porque a redação do tipo penal teve a confessada intenção de perseguir especialmente homossexuais, sem nenhuma reserva ou escrúpulo. De fato, diz a exposição de motivos do Código

Penal Militar, ao justificar o artigo 235: “E a maneira de tornar mais severa a repressão contra o mal”. Há muito mais que uma redação infeliz ou dispensável remissão a atos homossexuais (subsumidos na categoria pederastia): está presente a intenção e a ação legislativas direta e objetivamente direcionadas contra cidadãos em virtude de sua orientação sexual.

E se o nome do crime fosse “fornicação heterossexual ou outro ato de libidinagem”, com motivação explícita a reprimir “O MAL”? Haveria dúvida quanto a preconceito, desvalor e reprovação contra a fornicação heterossexual? E quanto ao efeito, de reforço e disseminação da discriminação contra heterossexuais fornicadores?

Em segundo lugar porque destacar o ato homossexual dentro de um inumerável conjunto de possíveis atos libidinosos é expressar repúdio e censura particularmente graves e intensas contra homossexuais. Não estamos diante de uma exemplificação inocente. O que se faz é desrespeitar homossexuais indevidamente, de modo direto e imediato, pela reprodução e incentivo do senso comum preconceituoso e intolerante.

Basta enunciar: “Praticar, ou permitir o militar que com ele se pratique ato libidinoso, heterossexual ou não, em lugar sujeito à administração militar”. Alguns poderiam experimentar estranheza ou considerar tal redação bizarra; muitos outros nela perceberiam a proeminência daquilo que ela expressamente marca: a notável e indubitável reprovação mais gravosa do ato libidinoso heterossexual dentre os demais.

CONTINUA

03 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

A história constitucional e a construção da democracia não deixam dúvidas: quando a legislação é elaborada, aprovada e aplicada, grupos discriminados estão sujeitos a subjugação e desvantagem estruturais e constantes. Tanto assim que a aplicação do artigo 235 pelos tribunais militares, quando examina atos homossexuais, expressa aversão e repulsa em grande intensidade.

Eis o verdadeiro e mais urgente mal a ser expurgado no direito brasileiro contemporâneo, quando examinamos a Constituição democrática e o Código Penal Militar de 1969: o desrespeito, o preconceito e a discriminação contra indivíduos e grupos, decorrente da homofobia e intolerante com a diversidade sexual.



ROGER RAUPP RIOS, JUIZ FEDERAL,
É DOUTOR EM DIREITO (UFRGS) E PROFESSOR
DO MESTRADO EM DIREITOS HUMANOS
DA UNIRITTER (PORTO ALEGRE)

02 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO GUERRILHEIRO MORREU SOB TORTURA, DIZ JUIZ

Ação motivou mudança de atestado de óbito

Leonencio Nossa / BRASÍLIA

A Justiça reconheceu que o guerrilheiro Ruy Carlos Berbert foi morto sob tortura pelo regime militar, aos 24 anos, na cadeia pública de Natividade, hoje Tocantins, em 1972. Pela decisão, o documento de óbito deixará de apontar suicídio, versão oficial colocada em xeque pelo Estado, há dois anos, com a publicação de fotos do corpo e relatórios inéditos.

A mudança do registro de cartório levou a mãe do guerrilheiro, Otília Vieira Berbert, de 95 anos, moradora da cidade paulista de Jales, a agradecer ao juiz do caso por apagar da mente a cena do filho dependurado na cela. “Estou aliviada, pois essa imagem saiu da minha cabeça”, disse, segundo relato do neto e advogado Rodrigo Berbert Pereira, sobrinho do guerrilheiro e autor da ação que pediu a mudança na certidão de óbito.

Localizadas em uma pasta do Arquivo Nacional, em Brasília, as fotos do corpo do guerrilheiro estendido num estrado na prisão forçaram um novo encontro da família com o passado. Um perito que analisou as fotografias a pedido dos Berbert avaliou que as marcas no pescoço não podiam ser de um suicídio unilateral. O corpo foi enterrado em 2 de janeiro de 1972, sem avaliação de um médico legista. Dois farmacêuticos deram o atestado da morte.

Há dois anos, o fotógrafo Antônio Rodrigues de França, morador de Natividade, relatou ao jornal que foi chamado pelo delegado da cidade para fazer o registro da morte do jovem preso na cadeia pública. A versão oficial destaca que Berbert se matou um dia depois da prisão efetuada pelo delegado local.

O Estado revelou, porém, que o Centro de Informações do Exército (CIE,) organizou uma força tarefa que envolveu homens da 3.ª Brigada de Infantaria, da Polícia Federal, da Aeronáutica e do DOI-CODI para combater militantes do Movimento de Libertação Popular (Molipo), grupo de Berbert, na região. O relatório da Operação Ilha destaca que a polícia teria prendido o guerrilheiro em 31 de dezembro de 1971, após receber informação de agentes do CIE.

Na ação, a família explica que no primeiro pedido de mudança da certidão de óbito, em 1992, não havia provas para alterar a causa mortis. “A certeza documental sobre o homicídio só veio à tona recentemente, já a certeza moral existia a tempo.”

Ao avaliar a ação, o desembargador André Nabarrete escreveu na sentença que é “razoável” entender que o guerrilheiro não cometeu suicídio. Ele observou que o regime militar matou e torturou “inúmeros” militantes oposicionistas, que foram considerados suicidas ou vítimas de acidentes. Nabarrete decidiu que na certidão de óbito passe a constar como causa da morte “asfixia mecânica por enforcamento, decorrente de maus tratos e torturas”.

A Justiça já determinou a alteração de documentos de óbito do estudante Alexandre Vannuchi Leme, morto em 1973, do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, e do ex-dirigente do PC do B João Batista Drummond, em 1976, todos vítimas da ditadura militar.

02 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Em andamento

Isabella, filha de Thomaz Alckmin, será ouvida, terça-feira, no Fórum Regional do Jabaquara. Fabíola Trombelli, mãe da menina, de 10 anos, tenta conseguir na Justiça permissão para se mudar com ela para a Noruega – onde mora seu atual marido.

Fabíola entrou com ação depois que o caçula do governador e Isabella, à época com 9 anos, foram vítimas de tentativa de sequestro, em fevereiro, na zona sul da cidade.

Supremo...

Embora Ricardo Lewandowski tenha poupado Joaquim Barbosa – que marcou para ontem sessão que elegeria o novo presidente do STF –, houve quem não economizasse críticas. “O Joaquim rasgou o regimento da corte”, atacou um ministro.

...climão

Pelas regras do tribunal, deve haver intervalo de duas sessões para a eleição – que confirmará Lewandowski no comando. Previsão? 13 de agosto.

02 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Ex-prefeito Gilberto Kassab é absolvido de mais uma acusação

MP alegava que ele e dois secretários fizeram 'vista grossa' para esquema de venda de boxes na Feira da Madrugada

Diego Zanchetta

O ex-prefeito e candidato ao Senado por São Paulo Gilberto Kassab (PSD) foi absolvido de mais uma acusação, agora por fazer suposta "vista grossa" para um esquema de venda de boxes na Feira da Madrugada, na região do Brás, no centro de São Paulo. A juíza Alexandra Fuchs de Araujo rejeitou a ação do Ministério Público Estadual na qual Kassab era acusado de cometer improbidade administrativa como prefeito.

Para o MP, o ex-diretor do centro comercial, João Roberto da Fonseca, e o presidente de uma comissão de comerciantes da Feira da Madrugada, Manoel Simião Sabino Neto, teriam recebido dinheiro do esquema. O inquérito teve como base escutas telefônicas dos acusados feitas com autorização judicial.

A Promotoria também apontava que Kassab e os ex-secretários Ronaldo de Souza Camargo (de Coordenação das Subprefeituras) e Marcos Cintra (de Desenvolvimento Econômico) sabiam da prática e não fizeram nada para coibi-la.

"Diante das inúmeras notícias jornalísticas e denúncias apresentadas envolvendo os réus João Roberto da Fonseca e Manoel Simião Sabino Neto, deveriam os réus Gilberto Kassab, Ronaldo Camargo e Marcos Cintra, no exercício de suas funções, ter providenciado o afastamento administrativo ou mesmo a exoneração de

João Roberto da Fonseca para que os fatos fossem apurados, o que não aconteceu", afirma o MP no inquérito.

A omissão de Kassab e dos secretários teria causado, segundo a Promotoria, "enorme prejuízo para o poder público, com o não pagamento de despesas com luz e gás pelos comerciantes, não recolhimento de taxas e impostos, colocando-se ainda enorme população em risco, em razão do não cumprimento de normas de proteção contra incêndio".

Absolvição. A juíza que analisou a denúncia, no entanto, justifica não ter ficado comprovada a subordinação direta de João da Fonseca e de Manoel Sabino Neto ao ex-prefeito. Segundo a juíza, a administração da Feira da Madrugada era responsabilidade de um grupo gestor criado pela Prefeitura.

A tese aceita pela Justiça foi defendida pelo advogado Igor Tamasauskas, da defesa de Kassab e Cintra. A decisão acontece dois dias após a Justiça absolver Kassab de uma denúncia de improbidade na gestão do contrato da Prefeitura com a Controlar, responsável pela inspeção veicular.

O ESTADO DE S. PAULO

TSE multa Mercadante por abuso eleitoral

Beatriz Bulla

Tânia Monteiro | BRASÍLIA

02 AGO 2014

O Tribunal Superior Eleitoral entendeu que houve propaganda extemporânea e ilegal, na entrevista coletiva concedida pelo ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, em que ele falou da Copa do Mundo, no dia 15 de junho. Na ocasião, um domingo, no Palácio do Planalto, além de falar de Copa o ministro rebateu críticas da oposição.

Por entender que Mercadante “transbordou” em suas falas ao abordar “pontos desconectados das razões da entrevista”, o plenário do tribunal decidiu, ontem, multá-lo em R\$ 7,5 mil, considerando que ele fez propaganda eleitoral da presidente Dilma Rousseff fora de hora.

No seu pedido ao tribunal, o PSDB não apenas pediu que o ministro fosse multado como incluiu no texto a presidente Dilma Rousseff, candidata à reeleição. A participação da presidente no caso foi afastada pelos ministros – pois, no entendimento da relatora, ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura, o PSDB não comprovou que ela tivesse pleno conhecimento de que a conversa poderia transbordar para a esfera eleitoral.

Segundo os ministros, a conduta de Mercadante não foi considerada, em si, como irregular, já que não se tratava de ato de campanha e sim de ações condizentes com seu cargo. A relatora achou justificável que a coletiva tenha ocorrido no Planalto, seu local de trabalho. Com ela concordaram os ministros Dias Toffoli e Laurita Vaz. Discordaram da posição Henrique Neves e Luciana Lóssio.

Em nota à imprensa, ainda ontem, Mercadante disse que “respeita a Justiça eleitoral”, mas estuda junto à Advocacia-Geral da União “as medidas legais cabíveis” para recorrer.

Rejeitada ação contra secretária de Segurança

Bruno Ribeiro

A Justiça de São Paulo rejeitou denúncia de peculato e formação de quadrilha feita pelo Ministério Público Estadual contra a secretária nacional de Segurança Pública, Regina Miki, e 26 guardas-civis municipais de Diadema, no ABC paulista. O MPE alegava que, enquanto esteve na prefeitura da cidade, a secretária teria feito pagamentos ilegais aos guardas. A defesa prévia dos acusados foi aceita tanto pelo MPE quanto pelo Judiciário. O processo transitou em julgado no dia 29.

O MPE relatava que, quando era secretária de Segurança de Diadema, Miki teria feito pagamentos de horas extras ilegais aos guardas. Segundo a acusação, além de não ter direito a horas extras, porque seriam funcionários comissionados, os guardas não teriam trabalhado em horário além do expediente.

A advogada Danyelle da Silva Galvão explicou à Justiça que não só os funcionários não eram comissionados, mas agen-

tes de carreira, como também as horas extras tinham sido feitas. “O Ministério Público, em vez de enviar os cartões de frequência dos guardas, que comprovavam o horário de trabalho, usou como prova mapas-força. Esses documentos mostram a atividade do dia de cada guarda. Os acusados de receber pagamento extra não estavam no mapa-força porque faziam a segurança do prefeito e da secretária, o que era uma informação sigilosa”, explicou.

Por causa do pagamento, que supostamente seria ilegal, Miki e os guardas eram acusados de peculato (desvio de verba). Havia também acusação de formação de quadrilha. “Uma vez que ficou claro que não houve o crime de peculato, não há também formação de quadrilha”, disse a advogada.

O parecer elaborado pela defesa dos acusados foi analisado pelo MPE, que deu parecer favorável à rejeição da denúncia. A juíza Maria Conceição Pinto Vendeiro, da 3.^a Vara Criminal de Diadema, acatou o parecer e rejeitou a denúncia no dia 18. Na segunda-feira passada, encerrou-se o prazo para o MPE recorrer da rejeição. Agora, o caso foi transitado em julgado (encerrado), não havendo mais possibilidade de recurso.

02 AGO 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça manda indenizar sobrevivente da tragédia de Realengo em R\$ 100 mil

A Justiça condenou a Prefeitura do Rio a indenizar em R\$ 100 mil um aluno sobrevivente do ataque à Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo (zona oeste do Rio). Na manhã de 7 de abril de 2011, um ex-aluno armado invadiu a escola, atirou contra alunos e matou 12 pessoas. Depois, cercado pela polícia, suicidou-se. Ficaram feridas 22 pessoas.

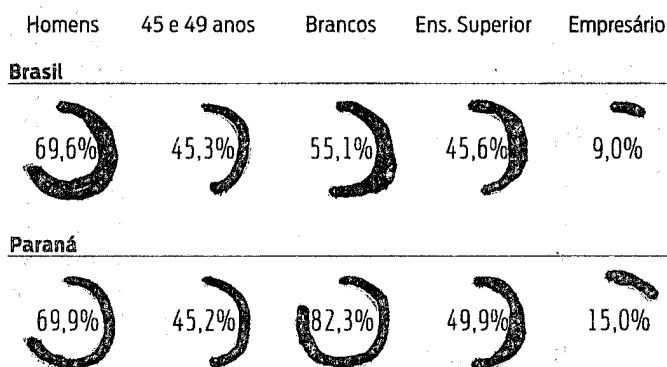
É o primeiro caso de aluno sobrevivente que será indenizado. A prefeitura firmou acordo com as famílias dos estudantes mortos e pagou a cada uma delas 250 salários mínimos (R\$ 136.250,00). Os demais alunos não receberam nada. O estudante indenizado pela Justiça conseguiu esconder-se no canto da sala onde estudava.

02 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Candidatos homens, brancos e com curso superior são maioria

O perfil dos candidatos nas eleições deste ano não espelha a maioria dos eleitores do país. O postulante mais comum é homem, branco, empresário e tem entre 45 e 49 anos e curso superior. As mulheres, apesar de terem registrado um pequeno avanço em relação a 2010, continuam sendo minoria na corrida eleitoral. Para cientistas políticos, os dados do Tribunal Superior Eleitoral mostram que o sistema político brasileiro possui uma espécie de “bloqueio” aos avanços verificados em outros setores e retratam a “política de gravata”.



CONTINUA

02 AGO 2014

GAZETA DO POVO

» DADOS DO TSE

Candidato médio é homem, branco e instruído; mulheres são minoria

Perfil dos candidatos nesta eleição é bem diferente do dos eleitores do país. Para especialistas, há um bloqueio no sistema político

José Marcos Lopes

O candidato mais comum nas eleições deste ano é homem, branco, empresário, tem entre 45 e 49 anos e curso superior completo. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o perfil médio dos candidatos não sofreu alterações significativas em relação às últimas eleições: negros e mulheres ainda são minoria quando o assunto é a busca por uma vaga no Executivo ou no Legislativo.

A participação das mulheres teve um pequeno avanço em relação à eleição de 2010, mas o equilíbrio ainda está distante. Segundo o Censo 2010 do IBGE, as mulheres são 51% da população brasileira, mas

apenas 30,5% das vagas para candidatos nas eleições deste ano são ocupadas pelo sexo feminino — eram 22,4% há quatro anos. Antes do prazo final para a homologação das candidaturas, na próxima terça-feira, a maioria dos partidos e coligações do Paraná não havia cumprido a cota mínima de 30% de mulheres nas candidaturas.

O grau de escolaridade mais citado pelos candidatos foi curso superior completo. Neste ano, muitos declararam que são deputados (4%) e vereadores (4%). Quanto à cor da pele, 55% dos candidatos se declararam brancos no país. No Paraná, o índice foi de 82%.

Os números mostram que o perfil dos candidatos é bem diferente do perfil dos eleitores. Segundo o TSE, 52,1% do eleitorado brasileiro é formado por mulheres (total de 68,1 milhões de eleitores). Além disso, a maioria dos aptos a votar em outubro não tem curso superior completo: 30,2% (43,1 milhões de pessoas) declararam que possuem o ensino fundamental incompleto. Só 5,6% (8 milhões de eleitores) disseram ter curso superior completo.

Vício e bloqueio

Para o cientista político e professor de Sociologia da Universidade do Norte do Paraná (Unopar) Marco Rossi, os dados do TSE mostram que o sistema político tem uma espécie de “bloqueio” aos avanços verificados em outros setores. “Não é porque a sociedade não tem mudado. Se pegarmos os últimos 30 anos, há mais mulheres e negros em escolas, empresas e alguns espaços públicos. Há uma ascensão das classes C e D para espaços de debate e para o consumo. Essa mudança na sociedade civil não se estende até a sociedade política, pelo fato de a sociedade política ser bloqueada a essa mudança”, afirma.

Esse bloqueio, segundo Rossi, pode ser explicado em parte por uma espécie de “vício” do eleitorado. “Os partidos são estruturados de forma viciada, com caciques regionais e mandatos para filhos e netos. Há um fechamento para novas mentalidades”, diz.

CONTINUA

02 AGO 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Política de gravata

O cientista político Doacir Quadros avalia que os dados das eleições deste ano reforçam as características da política brasileira. “É a política de gravata, com uma sub-representação das mulheres no Legislativo e no Executivo. Isso também repercute internamente nos partidos: por mais que uma lei os obrigue a reservar pelo menos 30% das vagas para as mulheres, eles não conseguem atingir esse porcentual mínimo”, diz o professor de Ciência Política do grupo Uninter.

Para Quadros, o maior número de candidatos com curso superior completo reforça esta tese. “A política brasileira sempre foi caracterizada por representantes com ensino superior. Quanto mais democrática uma sociedade, maiores as possibilidades para todos os cidadãos disputarem um cargo público. O critério é o voto, não o partido, o sexo ou o grau de instrução”, diz.

CONTINUA

02 AGO 2014

GAZETA DO POVO

CANDIDATOS

No Paraná, 82,3% dizem ser brancos

O Paraná repete o cenário eleitoral brasileiro: o candidato mais comum é homem, branco e empresário. A grande disparidade em relação à média nacional é observada na declaração de

CONTINUAÇÃO

raça e cor da pele. Enquanto no Brasil 55,1% dos candidatos declararam ser brancos, no Paraná o índice sobe para 82,3%. O percentual é maior que o número de pessoas que declararam ser brancas no estado no Censo 2010: 70,3%.

Só 6,3% dos candidatos re-

gistrados no estado para as eleições deste ano declararam ser pretos (total de 75), enquanto 11,3% disseram ser pardos (134) e apenas 0,2% disseram ser indígenas (dois candidatos). Os diplomados também são maioria no Paraná: 49,9% – em 2010 eram 51,1%. (JML)

! { **“Temos o vício de sermos representados pelos mesmos: o dono da empresa, o dono do meio de comunicação, a bancada ruralista, a bancada da bola.”**

Marco Rossi, professor de Sociologia da Unopar.

“A classe empresarial também sempre esteve muito representada no Brasil. Mudam-se as pessoas, mas uma classe continua sempre muito bem representada. Lamentavelmente.”



Doacir Quadros, cientista político.

PRAZO

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem até a próxima terça-feira para julgar todas as 25.522 candidaturas registradas no país. Até ontem, 979 haviam sido consideradas inaptas, mas os candidatos ainda podem recorrer à Justiça Eleitoral.

CONTINUA

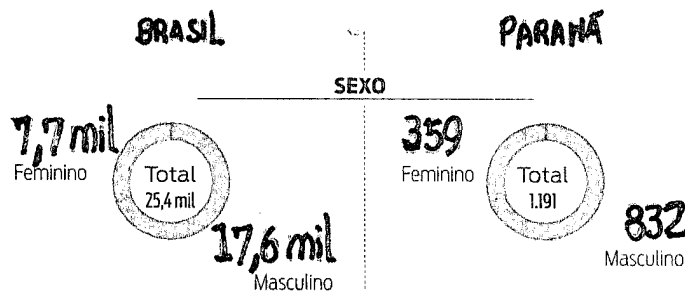
02 AGO 2014

GAZETA DO POVO

PERFIL

CONTINUAÇÃO

Maioria dos candidatos nas eleições deste ano é formada por empresários e tem curso superior completo.



BRASIL		PARANÁ	
FAIXA ETÁRIA	Quantidade	FAIXA ETÁRIA	Quantidade
18 a 19	22	18 a 19	1
20 a 24	489	20 a 24	19
25 a 29	1082	25 a 29	44
30 a 34	2089	30 a 34	105
35 a 39	2913	35 a 39	116
40 a 44	3716	40 a 44	181
45 a 49	4334	45 a 49	207
50 a 54	4120	50 a 54	201
55 a 59	3049	55 a 59	140
60 a 64	1990	60 a 64	103
65 a 69	938	65 a 69	42
70 a 74	461	70 a 74	25
75 a 79	149	75 a 79	6
80 a 84	50	80 a 84	1
85 a 89	11		
Mais de 90	4		

BRASIL		PARANÁ	
RAÇA	em %	RAÇA	em %
Branca	13.999 55,1	Branca	980 82,3
Parda	8.877 34,9	Parda	134 11,3
Preta	2.345 9,2	Preta	75 6,3
Amarela	116 0,5	Indígena	2 0,2
Indígena	80 0,3		

BRASIL		PARANÁ	
GRAU DE INSTRUÇÃO	em %	GRAU DE INSTRUÇÃO	em %
Lê e escreve	260 1%	Lê e escreve	10 0,8%
Fundamental incompleto	839 3,3%	Fundamental incompleto	38 3,1%
Fundamental completo	1.843 7,2%	Fundamental completo	92 7,7%
Médio incompleto	800 3,1%	Médio incompleto	36 3,0%
Médio completo	7.610 29,9%	Médio completo	326 27,3%
Superior incompleto	2.460 9,6%	Superior incompleto	94 7,8%
Superior completo	11.605 45,6%	Superior completo	595 49,9%

BRASIL		PARANÁ	
PROFISSÃO	em %	PROFISSÃO	em %
Empresário	2.363 9	Empresário	171 15
Advogado	1.408 6	Outros	117 10
Deputado	1.069 4	Advogado	74 6
Vereador	1.057 4	Vereador	60 5
Comerciante	1.024 4	Comerciante	56 5

*O levantamento foi concluído na quinta-feira, 31 de julho. Os números estão sujeitos a alterações.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Infografia: Gazeta do Povo.

02 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Justiça manda Richa fechar Tenda Digital

*Kelli Kadanus,
especial para a Gazeta do Povo*

TSE diz que jornal não fez propaganda antecipada

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) entendeu que as notícias favoráveis ao presidente Eduardo Campos veiculadas no jornal *Folha de Pernambuco* não configuram propaganda eleitoral. O PT entrou com representação no TSE contra Campos e contra o jornal. Em decisão monocrática, o relator havia dado procedência ao pedido do partido, mas, na manhã de ontem, o plenário da corte acolheu o recurso do jornal.

O ministro Gilmar Mendes lembrou que o fato de um governador de “estado periférico” se lançar à Presidência da República é notícia e, só o fato de reportar, ainda que por algum caderno especial, não configura propaganda antecipada. Em março, o jornal *Folha de Pernambuco* publicou uma série de matérias sobre a gestão de Campos, de acordo com o relator, elogiosas.

“A imprensa escrita não está adstrita aos limites de rádio e televisão”, disse o ministro Dias Toffoli. Gilmar Mendes disse temer que em breve o tribunal comece a estabelecer limites que se aproximem da censura.

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná determinou ontem que a coligação do candidato à reeleição, Beto Richa (PSDB), suspenda os serviços oferecidos pelo comitê Tenda Digital. A decisão atende ao pedido da Coligação Paraná Olhando Para Frente, da candidata Gleisi Hoffmann (PT).

O PT alegou que o espaço — que conta com equipe de ativistas, estúdio de produção de fotos e gravação de áu-

Gazeta repudia uso de marca em panfletos

Uma série de panfletos apócrifos usando indevidamente a marca e o nome da *Gazeta do Povo* vem sendo distribuída no estado durante este período eleitoral. O material, que imita o cabeçalho do jornal em uma folha de papel, reproduz trechos de notícia veiculada anteriormente pelo jornal sem que tenha havido qualquer autorização para isso.

Ao tomar conhecimento dos fatos, a *Gazeta do Povo* vem a público reafirmar o seu compromisso de

diário — tem área para visitantes acessarem a internet. De acordo com a decisão, o oferecimento de serviços, como internet gratuita, configura propaganda eleitoral vedada pela lei, já que seria uma forma de distribuição de brindes. O descumprimento da decisão resultará em multa diária de R\$ 10 mil.

De acordo com a assessoria de imprensa de Richa, trata-se de uma decisão descabida, uma vez que é baseada em uma reportagem de jornal e nenhum fiscal foi até o local verificar a veracidade dos fatos. Segundo a assessoria, a Tenda Digital é fechada ao público externo e não oferece nenhum tipo de serviço gratuito. A coligação do candidato vai recorrer da decisão.

imparcialidade na cobertura jornalística das eleições 2014, e esclarecer alguns fatos. O jornal não autorizou a utilização de sua marca, de seu nome, ou até mesmo da matéria jornalística publicada em edições anteriores para a elaboração de panfletos apócrifos com conteúdo crítico eleitoral.

Além disso, o texto divulgado nesses panfletos não contém a integralidade da matéria jornalística elaborada e publicada pela *Gazeta do Povo*. Em virtude dos fatos expostos, a *Gazeta* informa que será realizada comunicação formal à Justiça Eleitoral, repudiando a utilização indevida da marca, do nome e das reportagens da *Gazeta do Povo*.

02 AGO 2014

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

TRE contra o tempo

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE) realiza sessão extraordinária nesse domingo. A Corte vai julgar processos de registro de candidaturas e outras questões relacionadas à campanha eleitoral, como pedidos de impugnação e denúncias de propaganda irregular. A Justiça Eleitoral tem até o próximo dia 5, terça-feira, para julgar todos os pedidos de registro de candidatos. A partir da publicação do resultado do julgamento, caso algum candidato tenha o pedido negado, terá três dias para recorrer da decisão ou poderá ser substituído pelo partido.

Sobrevivente de Realengo receberá R\$ 100 mil da prefeitura

Um aluno que sobreviveu ao massacre na escola Tasso da Silveira, em Realengo, em 2011, deve receber R\$ 100 mil de indenização da prefeitura do Rio. A decisão é do juiz Luiz Fernando de Andrade Pinto, da 15ª Vara de Fazenda Pública. Segundo o juiz, "o município tem o dever de guarda e vigilância, sendo responsável pelo estabelecimento escolar que, por sua vez, deve velar por seus alunos". A sentença fala ainda sobre o dano psicológico sofrido pela criança: "presenciar uma chacina na escola em que se estuda extrapola, em muito, o mero aborrecimento. Ainda mais quando ressoa o desamparo de segurança, como na espécie, o aluno sofre a profunda angústia de ser exposto à sua morte ao mesmo tempo em que vivencia a morte de seus colegas próximos", diz o documento. O crime na Tasso da Silveira foi em abril de 2011. Doze alunos foram mortos e 13 ficaram feridos pelo ex-aluno Wellington Menezes de Oliveira, que se suicidou após o ataque.

02 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Famílias devastadas pela exposição das filhas na web

Felippe Aníbal

Há uma semana, Afonso* não consegue dormir ou trabalhar. Angustiado, não deixa de pensar na filha, de 14 anos. A garota foi uma das inúmeras adolescentes que tiveram fotos vazadas por um perfil criado no Twitter — o @peladinhas_cwb. Desde então, se viu em meio a uma rotina que envolve depoimentos à polícia e a se questionar sobre educação e valores. O acontecimento ainda é muito recente, mas parece ter mudado para sempre a vida da família.

“É muito pesado. É uma angústia misturada com decepção. Tivemos mil conversas, mas não adiantou. Agora, me preocupo como ela vai encarar daqui pra frente”, disse. “Eu tive um ataque de ansiedade que me tira o sono. Desde que aconteceu, minha mulher não consegue nem ligar o computador”, contou. A menina não tem frequentado o colégio. Os pais preferiram “dar um tempo” e cogitam trocá-la de escola.

Um dos aspectos que chamou a atenção de quem lida diretamente no caso foi a postura de algumas das adolescentes que foram expostas na rede. Advogado de uma das famílias, Samuel Ebel Braga, contou que duas garotas riam e debochavam da situação, depois de terem prestado depoimento ao delegado. “Elas estão se sentindo mais ‘populares’ com isso”, resumiu.

“Parece que não têm consciência de que isso vai acompanhá-las para sempre ou talvez tenham sido afe-

tadas por esse mundo virtual, em que o que vale é a quantidade de ‘likes’ [curtidas em postagens]”, acrescentou Marcos*, pai de uma garota de 15 anos que também teve fotos sensuais compartilhadas.

Educação

O dono da conta @peladinhas_cwb pedia que seus seguidores encaminhassem fotos de alunas de colégios de Curitiba e, em seguida, compartilhava as imagens. Algumas publicações mostram meninas com uniformes das escolas. O episódio reacendeu a discussão em torno do papel dos grupos educacionais na orientação dos adolescentes.

Ano passado, uma colega da filha de Fábio* já havia tido uma imagem vazada na rede. Na ocasião, ele aproveitou para ter uma conversa com a filha sobre os riscos da exposição, mas considera que o colégio se omitiu.

“Mesmo depois, a escola nunca abordou esse fenômeno preventivamente. Não teve a preocupação de mostrar a consequência prática. Em casa, a gente sempre fala. Mas o colégio é o meio que mais influencia os jovens”, avalia.

Um dos colégios de Curitiba, o Marista Santa Maria, se adiantou no debate. Os alunos têm aula semanal em que discutem temas como esse. Além disso, um delegado da Polícia Federal, pai de aluno, ministra palestras aos adolescentes e aos pais. A ideia da escola é trabalhar o tema de forma contínua.

“Nós orientamos sobre as consequências, destacando que tudo que se posta na

internet é pra todo mundo e é pra sempre. A orientação tem que ser sistemática. Não adianta falar episodicamente”, diz o diretor-educacional do colégio, Everson Calleff Ramos.

* Nomes fictícios

“Há uma inversão. As meninas têm sido tratadas como culpadas pelo vazamento das fotos, mas elas são vítimas. Elas confiaram em alguém, que quebrou esse elo de confiança passando a foto adiante e cometendo um crime. É como no estupro: não se pode culpar a vítima.”

Samuel Ebel Braga, advogado.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

**Indenizações
podem chegar
a R\$ 100 mil**

02 AGO 2014

Os adolescentes que enviaram as fotos das colegas ao @peladinhas_cwb serão indiciados pelo Núcleo de Combate aos Cibercrimes (Nuciber). A polícia já identificou os responsáveis pelos 12 vazamentos investigados até agora. Além de responderem na esfera criminal, quem compartilhou as imagens deve ser responsabilizado também na esfera cível. As famílias das vítimas podem ingressar com ações pedindo indenização por dano moral e material. Os valores estipulados pela Justiça têm variado de R\$ 12 a R\$ 100 mil por vítima. Se quem divulgou as fotos for menor de idade, os pais devem pagar a indenização.

“Há uma inversão. As meninas têm sido tratadas como culpadas pelo vazamento das fotos, mas elas são vítimas. Elas confiaram em alguém, que quebrou esse elo de confiança passando a foto adiante e cometendo um crime. É como no estupro: não se pode culpar a vítima”, avaliou o advogado Samuel Ebel Braga.

O perfil @peladinhas_cwb e um grupo fechado de mesmo nome no Facebook, onde as fotos também eram compartilhadas, foram removidos das redes sociais. O Nuciber pediu à Justiça a quebra do sigilo digital, por meio do qual deve chegar ao endereço de IP que administrava as contas. “É questão de tempo, mas vamos chegar ao responsável pelas páginas”, garantiu o delegado Demétrius Gonzaga.

Pena é prevista no ECA

Se for maior de 18 anos, o dono das contas pode ser preso. Dos 12 casos investigados, oito foram enquadrados como pedofilia (por mostram as meninas nuas), cuja pena varia de três a seis anos de reclusão, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Se for menor de idade, responderá pelo ato infracional correspondente. Ao mesmo tempo, o mantenedor do @peladinhas_cwb deve enfrentar uma série de processos das vítimas, por danos morais.

“Está tudo muito bem documentado. O responsável pelas páginas certamente vai ter que desembolsar um bom dinheiro para pagar as indenizações”, avaliou o delegado.

NA REDE

**ONG recebeu mais
de 80 mil denúncias de
pornografia infantil**

A organização não governamental SaferNet Brasil recebeu, ao longo do ano passado, 80.195 denúncias anônimas de pornografia infantil. De acordo com o levantamento, as publicações envolvem 24,9 mil páginas de internet. As publicações partiram de 5.820 endereços de IP distintos. As postagens foram feitas em 64 países, dos cinco continentes. No Paraná, há em andamento 120 inquéritos referentes a publicações envolvendo pornografia infantil, investigadas pelo Nuciber. Somente no caso @peladinhas_cwb, mais de cem fotos de estudantes curitibanas foram divulgadas. Doze vítimas foram localizadas e, para cada uma, o Nuciber instaurou um inquérito específico.

02 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Gaeco denuncia doze PMs por torturas e execuções

Em dois casos distintos, policiais foram denunciados. Grupo do Ministério Público pediu a prisão dos acusados

Diego Ribeiro e Felipe Anibal

Doze policiais militares foram denunciados pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), órgão vinculado ao Ministério Público, acusados de envolvimento em crimes como homicídios, torturas e ocultação de cadáver. As denúncias se referem a dois casos ocorridos no ano passado: a execução de três suspeitos de terem assaltado uma casa; e a tortura e desaparecimento de um ajudante de pedreiro. O Gaeco pediu à Justiça a prisão preventiva de todos os acusados.

“Os denunciados estão caminhando na contramão de seus deveres. Estão se valendo da farda e da força do Estado para praticarem crimes graves e, pior, ocultarem e mascararem tais delitos”, consta de uma das denúncias.

Um dos casos ocorreu na madrugada de 19 de outubro de 2013. Pouco depois de uma casa ter sido assal-

tada no bairro do Umbará, em Curitiba, a Polícia Militar (PM) deteve três suspeitos. Ao invés de serem conduzidos a uma delegacia, eles foram levados pelos policiais a um matagal, onde foram executados.

De acordo com o laudo pericial anexado à denúncia, os três suspeitos foram mortos com tiros na cabeça ou no peito, disparados a “curtíssima distância” (menos de 15 centímetros), indicando que foram “efetivamente executados”. Um dos rapazes foi atingido por um disparo na cabeça, efetuado de cima para baixo “o que sugere que a vítima estava ajoelhada quando da execução”.

O Gaeco aponta que, após ter matado os suspeitos, os policiais adulteraram a cena do crime, mudando os corpos de lugar e colocando armas de fogo ao lado das vítimas. Segundo a denúncia, isso foi feito para “simular situação de confronto e induzir a perícia ao erro”. Em depoimento, os policiais afirmaram que dispararam 16 vezes durante o “tiroteio”. No local do crime, no entanto, não foram encontradas cápsulas dos projéteis, o que, segundo o Gaeco, também evidencia que a “cena” foi alterada.

Neste caso, cinco policiais militares foram denunciados por triplo homicídio qualificado (de natureza hedionda) e fraude processual (adul-

teração do local do crime). Testemunhas ouvidas pelo Gaeco relataram ainda que, após a execução tripla, PMs passaram a interpelar moradores do bairro e a ameaçá-los. O órgão do MP considera que, se continuarem soltos, os policiais podem coagir testemunhas.

“Os denunciados já demonstraram que não medem forças para ocultar as provas de seus delitos, o que torna necessária a decretação da prisão preventiva”, assinala a denúncia.

“[Edenilson foi asfixiado] com técnicas de sufocamento e afogamento, mediante uso de saco plástico na cabeça e água.”

Documentos da investigação do Gaeco sobre a morte do pedreiro e o envolvimento de PMs no crime.

CONTINUA

02 A GO 2014

GAZETA DO POVO

Ajudante de pedreiro foi agredido até a morte

CONTINUAÇÃO

RESPOSTA

**Policiais acusados
foram afastados do
trabalho, diz PM-PR**

A Polícia Militar (PM) informou, por meio de nota, que todos os policiais militares denunciados pelo Gaeco estão afastados de suas funções operacionais. No caso do triplo homicídio do Umbará, a corporação já instaurou um Conselho de Justificação, que tem por objetivo apurar se os PMs poderão permanecer na corporação. A instituição ressalta que apura todos os desvios e que, em casos de maior repercussão social e institucional, solicita o acompanhamento ao MP e à Ordem dos Advogados do Brasil.

"Inexiste no seio da PM qualquer forma de acobertamento, desídia, omissão ou condescendência criminosa com os fatos relacionados a desvios de conduta, violência exacerbada ou outras formas de desvios", destaca a nota. **(FA E DR)**

O ajudante de pedreiro Edenilson Murillo Rodrigues, de 26 anos, foi torturado até a morte por policiais militares que, em seguida, desapareceram com o corpo da vítima. Esta foi a conclusão a que chegou o Gaeco, após investigar o caso, ocorrido em maio do ano passado. Sete policiais da Rondas Ostensivas de Naturezas Especiais (Rone) — elite da PM — foram denunciados por tortura, homicídio e ocultação de cadáver. "[Os policiais] tiveram a 'cautela' de desaparecer com o corpo da vítima, visando apagar os vestígios e ludibriar as autoridades", diz a denúncia.

De acordo com as investigações, os policiais abordaram um homem que trazia consigo quatro pedras de crack. Ele teria sido agredido e torturado até dizer onde havia comprado a droga. O rapaz levou a equipe da PM à chácara onde Edenilson morava. Lá, os agentes chamaram outra viatura e, mesmo sem mandado judicial ou situação de flagrante, invadiram a residência.

Testemunhas relataram ao Gaeco que, enquanto a amásia e a filha dela, além de outros dois homens, eram mantidos sobre a mira de alguns dos policiais, os outros PMs algemaram Edenilson e passaram a torturá-lo. De acordo com a denúncia, o ajudante de pedreiro foi espancado por duas horas ininterruptas.

Ele teria sido asfixiado continuamente "com técnicas de sufocamento e afogamento, mediante uso de saco plástico na cabeça e água". Por vezes, o rapaz perdeu os sentidos, mas era acordado a tapas, "até o momento que veio a falecer, em decorrência das referidas agressões", afirma o Gaeco.

Em seguida, o corpo de Edenilson foi enrolado em um cobertor e colocado em uma viatura. Desde então, o ajudante de pedreiro era dado como desaparecido. Os policiais chegaram a ser afastados temporariamente e a mãe do rapaz chegou a fazer buscas em Piraquara, acreditando que o filho estava vivo. **(FA e DR)**

02 AGO 2014

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

STF adia a eleição de Lewandowski para dia 13

A primeira sessão do Supremo Tribunal Federal (STF) após a aposentadoria do ministro Joaquim Barbosa durou cerca de uma hora apenas e terminou sem a eleição do novo presidente da Corte. Nesta semana, enquanto ainda estava de férias, Barbosa havia marcado para ontem a eleição de seu sucessor. O ministro Ricardo Lewandowski exerce a presidência enquanto a escolha não é oficializada. Ele mesmo deverá assumir a cadeira, já que é o integrante mais antigo da Corte que ainda não ficou à frente do STF.

Ao final da sessão, Lewandowski evitou polemizar sobre a última decisão de Barbosa de marcar para ontem a eleição. “Não se cogitou isso [realização da eleição], apenas se discutiu que não seria conveniente tendo em conta a ausência de dois importantes e prestigiados ministros da Corte”, afirmou, questionado se a eleição ontem poderia ferir o regimento do tribunal. Estiveram ausentes na sessão de ontem, que marcou o retorno dos trabalhos do Judiciário após o recesso, os ministros Luiz Fux e Luís Roberto Barroso.

Regras

Pelo regimento interno do STF, há prazo de duas sessões ordinárias de vacância entre a saída do presidente e a escolha do sucessor. Como a aposentadoria de Barbosa foi publicada nesta quinta-feira no Diário Oficial, a escolha do novo presidente deve ser jogada para o dia 13 de agosto. O ministro Marco Aurélio de Mello, ao final da sessão, destacou que os ministros foram “surpreendidos” com a data marcada por Barbosa. “E se a aposentadoria dele não passasse?”, questionou. “Ortodoxamente, segundo o regimento, se dará no dia 13 de agosto”, completou Marco Aurélio.

A decisão a respeito da data da votação não foi tomada em plenário. O assunto sequer foi tema de discussão na sessão de ontem. Nos bastidores, os ministros criticam a medida de Barbosa, que estaria em desacordo com o regimento.

Para o ministro Marco Aurélio, a expectativa é de que, quando Lewandowski for eleito, seja mantido amplo diálogo com os ministros. Em tom de brincadeira, Marco Aurélio disse que o futuro presidente indica ter vocação para ser “algodão entre cristais”. “Nosso ministro Joaquim Barbosa não era algodão entre cristais”, disse Marco Aurélio, que completou: “Era aço”.

02 AGO 2014

GAZETA DO POVO

ENTRELINHAS

Uma história de adoção

O adolescente Alyson Miguel Harrad Reis, 13 anos, lança amanhã (domingo), às 10 horas, na Casa Hoffmann – no Largo da Ordem – o livro *Jamily, a holandesa negra – a história de uma adoção homoafetiva* (Ed. Appris). O menino foi adotado no ano passado pelos ativistas David Harrad e Toni Reis. Natural do Rio de Janeiro, Alyson veio de uma escolarização bastante irregular. Tinha dificuldade com as letras. Reis – que é doutor em Educação – desenvolveu um processo para o filho: a leitura de três livros por mês, com o desafio de responder a três perguntas, incluindo o que a trama interferia na vida do leitor. “Ele odiava ler, o que acentuava seus problemas no ensino”, explica o pai.

O próprio livro

O misto de tarefa e brincadeira era publicado no blog do Miguel, mantido por Alyson. Até que veio a surpresa. O menino pediu aos pais para escrever o próprio livro, pois se dizia “cansado de ler a história contada pelos outros”. E disse que queria falar da própria vida. Reis achou mais adequado que Alyson ficcionalizasse as histórias que viveu. *Jamily, a holandesa negra* estava a caminho. Na novela, Alyson virou Jamily; o Rio de Janeiro virou a Etiópia; e Curitiba, Amsterdã. Cada etapa da saga é contada, incluindo a adoção pouco ortodoxa e os sofrimentos da personagem ao desembarcar na escola. Ali é a única negra e a única filha de dois homens, o que a deixou sujeita à maldade dos estranhos. O impasse encontra um final feliz, com a aceitação dos colegas, dos professores e da sociedade.



Para o lançamento, Alyson preparou uma pequena palestra, com powerpoint, e vai contar a presença da psicóloga Lídia Weber, da UFPR, pesquisadora de adoção.

BESSA

Em família

Alyson Miguel Harrad Reis, de 13 anos, filho do casal David Harrad e Toni Reis, lança neste domingo o livro *Jamily, a Holandesa Negra – A História de Uma Adoção Homoafetiva* (Editora Appris). A sessão de autógrafos e bate-papo será às 10 horas na Casa Hoffmann, no Largo da Ordem.



Além do lançamento, a psicóloga e professora da UFPR Lídia Weber dará uma palestra sobre família e adoção.

03 AGO 2014

GAZETA DO POVO

» CRIANÇA E ADOLESCENTE

Censes funcionam fora da lei

Unidades que abrigam jovens infratores no Paraná estão sem alvarás sanitários e de segurança. Governo diz que está providenciando documentação

LONDRINA

Antoniele Luciano, da sucursal

Destinados à ressocialização de adolescentes em conflito com a lei, os Centros de Socioeducação (Censes) do Paraná atendem sem documentação adequada. As unidades, segundo denúncia do Sindicato dos Servidores da Socioeducação (Sindsec), não apresentam habite-se, alvará de funcionamento, nem licenças emitidas pelo Corpo de Bombeiros e pela Vigilância Sanitária. Conformem o Sindsec, as irregularidades estão presentes não só nos 18 Censes que abrigam adolescentes sujeitos a medidas restritivas de liberdade, mas também em casas de semiliberdade distribuídas pelo estado. O caso já foi levado ao Ministério

Público do Paraná.

As licenças estão longe de ser mero aparato burocrático. Trata-se de uma documentação que atesta que as edificações apresentam condições sanitárias e de segurança para internos e funcionários. A vistoria do Corpo de Bombeiros, por exemplo, é item obrigatório para liberar espaços comerciais e industriais, além de multifamiliares, como condomínios residenciais. Os laudos dos Bombeiros e da Vigilância Sanitária também levam à emissão do alvará de funcionamento, concedido pelas prefeituras onde cada Cense está instalado. Este documento é a garantia legal de que a estrutura funciona em consonância com a legislação local.

“A situação é insalubre nos Censes. Não entendemos como o estado consegue transferir valores para obras nessas unidades, mesmo com a documentação irregular”, questiona o presidente do Sindsec, Dirceu Soares.

De acordo com ele, recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) foram utilizados pela Secretaria da Família e Desenvolvimento Social (Seds) para a reforma de unidades de socioeducação nessas condições. Em Maringá e Laranjeiras do Sul, esgoto a céu aberto podia ser

visto mesmo após o término de uma reforma. “Não há fiscalização. A secretaria mesmo não responde como está a situação, só diz que está providenciando os documentos. Se fosse iniciativa privada, exigiriam a documentação”, assinala Soares.

O sindicalista aponta ainda que faltam hidrantes e saídas de emergência, além de um plano de contingência para atuar com os adolescentes em situações de crise e elementos básicos ao trabalho socioeducativo. A unidade de Fazenda Rio Grande estaria há um ano sem professor de Português. O tempo de escolarização para os jovens institucionalizados também teria caído, em função da falta de profissionais nos centros.

Atualmente, estão internados nas Unidades do Sistema Socioeducativo do Paraná 973 adolescentes. Procurada pela reportagem, a Seds informou, por meio da assessoria de imprensa, que todos os questionamentos apresentados já foram respondidos ao sindicato dos educadores sociais. A pasta não repassou detalhes sobre o problema dos licenciamentos em cada unidade, providências sobre as outras denúncias apresentadas pela categoria ou informações a respeito da veracidade ou não das reclamações.

CONTINUA

03 AGO 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

SOBRECARGA

**Fragilidades impactam
no trabalho pedagógico**

O Sindicato dos Servidores da Socioeducação (Sindsec) aponta que o acúmulo de funções dos educadores sociais, responsáveis também por escolta e revistas, dificulta o trabalho pedagógico. A categoria sustenta que está há quatro anos sem novas capacitações. De acordo com o Sindsec, o número de educadores sociais precisa ser ampliado. Hoje são cerca de 900 funcionários (alguns de licença), que se dividem em turnos, para atender 973 jovens. A média de servidor por adolescente estaria fora do preconizado pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, de um educador para cada cinco jovens. "No dia em que tivemos uma agressão contra um servidor no Cense II, de Londrina, eram 50 adolescentes e oito educadores", diz Dirceu Soares, que representa a categoria. O coordenador da Pastoral Carcerária de Londrina, padre Edivan Pedro dos Santos, acompanha a situação no Cense do município e argumenta que não basta tirar os infratores das ruas. É preciso investir em tratamento penal. "Temos muita gente trabalhando com boa vontade nos Censes, mas o sistema está comprometido", diz. Segundo a presidente da Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente da seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), Maria Christina dos Santos, é importante criar mecanismos de reinserção social. "O que se tem de visar é o desenvolvimento do potencial do adolescente, para que quando ele sair dali possa ter projetos de vida."

03 AGO 2014

➤ LAVA JATO

GAZETA DO POVO

Youssef foi sócio da Petrobras, diz PF

Doleiro preso

apareceu como sócio da estatal na construção de uma usina termelétrica em Pernambuco

Dois empresas que estão sob o controle do doleiro-preso Alberto Youssef figuram como sócias da Petrobras Distribuidora em um consórcio para a construção de uma usina termelétrica em Suape (PE). A informação é de um relatório da Polícia Federal sobre a Operação Lava Jato — na qual Youssef é réu — e foi divulgada neste sábado pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

É a primeira vez que o doleiro aparece como sócio da estatal. Na ação penal em curso, Youssef é acusado de ter lavado dinheiro desviado da obra da refinaria Abreu e Lima, que está sendo construída em Pernambuco. Uma das suspeitas com relação à participação das empresas dele no consórcio é que ele teria êxito no negócio graças a contatos políticos que tinha na Petrobras.

Segundo o jornal, as empresas de Youssef que se associaram à estatal (Ellobras e Genpower Energy) tinham a maior fatia do consórcio, de 40%. Petrobras, MPE Montagens e Genpower detinham 20% cada uma, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica, responsável pelo leilão. A obra da usina termelétrica começou em 2008 e ficou pronta em 2013, após investimentos de R\$ 600 milhões. Dos

vencedores do certame, só a Petrobras seguiu no projeto até o fim. Os outros ganhadores venderam suas participações à estatal.

A PF descobriu que o doleiro estava por trás do consórcio ao apurar que a CSA Project Finance, empresa de Youssef e do ex-deputado José Janene (PP-PR), que morreu em 2010, controlavam as duas associadas da Petrobras. A CSA é acusada de ter lavado dinheiro do mensalão para Janene.

Youssef não atuou na construção da usina. O consórcio ganhou o leilão em 2007 e, 40 dias depois, o doleiro vendeu os 40% que detinha para o Grupo Bertin. De acordo com a *Folha*, 40% no consórcio renderam cerca de R\$ 700 mil a Youssef. O Bertin acabou fora do projeto por falta de recursos. Para acabar a usina, a Petrobras teve de recorrer ao Fundo de Investimento do FGTS, que aplicou R\$ 372,9 milhões na obra.

Outrolado

A Petrobras Distribuidora não quis se manifestar sobre o assunto ao jornal. As outras empresas envolvidas nas negociações e no consórcio disseram à *Folha* que nunca souberam que a Ellobras e Genpower eram controladas por Youssef. O advogado de Youssef, Antonio Augusto Figueiredo Basto, disse que terá de ver o relatório para se pronunciar.

DENÚNCIA

A revista *Veja* publicou reportagem na qual revela que a CPI da Petrobras foi uma farsa. De acordo com a publicação, um vídeo de 20 minutos, gravado com uma câmera escondida, mostraria que diretores da estatal teriam conseguido previamente os questionamentos que seriam feitos pelos parlamentares durante as sessões da comissão. De acordo com a revista, a reunião revelaria que os interrogados já sabiam como seriam interpelados e puderam “treinar as respostas”

propostas para tentar reduzir a violência

Grupo de especialistas e organizações ligadas ao setor propõe agenda prioritária para subsidiar o debate do tema durante as eleições

Fernanda Trisotto

Mesmo que as estatísticas sobre crimes contra o patrimônio ou contra a vida apontem queda em diversos estados brasileiros, a sensação de insegurança incomoda — e muito — moradores de pequenas e grandes cidades do país. A urgência no debate sobre essas questões levou um grupo de especialistas e instituições do setor a elaborar uma agenda, com seis propostas prioritárias para subsidiar o debate dos candidatos durante o período eleitoral. Os temas elencados passam por um novo pacto federativo para a segurança, gestão das informações, redução de homicídios, reforma do mode-

lo policial, modernização de política criminal e penitenciária e revisão da política de drogas.

De acordo com Bruno Paes Manso, que atualmente faz pós-doutorado no Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV-USP) e participou da elaboração da agenda, o principal objetivo do grupo é fazer com que a Presidência da República assuma a responsabilidade de nortear as políticas voltadas à segurança. “Esse é um problema institucional sério. Fica tudo nas costas dos governadores, que se tornam reféns das estruturas dos seus estados, dos vícios institucionais, o que é muito perverso”, analisa. Embora mire o debate no Executivo federal, a discussão pode ser ampliada para outras esferas, já que uma das propostas é rever o pacto federativo.

Positiva

Essa revisão é vista como positiva pelo secretário de Segurança do Paraná, Leon Grupenmacher. Em entrevista por e-mail, ele afirmou que o modelo atual de distribuição das atribuições de cada ente federativo não se-

ria o mais eficiente. “A maior parte dos investimentos em segurança vem de receitas estaduais, sem o necessário apoio de órgãos federais, o que onera de forma significativa a gestão do Estado. Isso sem contar que os investimentos federais nem sempre levam em conta particularidades locais”, avalia.

O coordenador do Núcleo de Pesquisa em Segurança Pública e Privada da Universidade Tuiuti do Paraná, Algacir Mikalovski, faz coro na questão orçamentária. “Na prática, o pacto hoje é meramente uma questão de transferência de recursos. O primo rico é a União, o pobre é o município e o paupérrimo é o estado”, define. Para ele, o modo de repasse das verbas também precisa de revisão. “Teria de proibir o contingenciamento de recursos previstos. O retorno dessa verba ao governo federal causa problemas”, pondera.

Interferência

Já Guaracy Mingardi, que foi subsecretário nacional de Segurança Pública, argumenta que muitas vezes são os próprios estados que não querem interferência externa na área de segurança. “Governadores querem mandar nas suas polícias. O máximo que se pode fazer agora é normatizar algumas coisas, como a questão do uso da força. Tem portaria do governo federal, mas as polícias aderem ou não. Isso não é lei, e quem comanda a polícia é o governo do estado”, diz.

CONTINUA

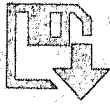
EMPAUTA CONTINUAÇÃO

Para subsidiar o debate dos candidatos ao governo federal, um grupo de pesquisadores e instituições da área da segurança pública elaborou uma agenda, com seis áreas de ação prioritária. Veja quais são as propostas:



1. Construção de um novo pacto federativo para a segurança pública

- Repactuar as competências da União, estados e municípios
- Revisar a forma de financiamento e cogestão de recursos federais para a área



2. Aperfeiçoamento da capacidade de difusão e gestão das informações de segurança pública

- Padronização dos dados criminais e indicadores de segurança, com criação de banco de dados aberto
- Ampliar a transparência e prestação de contas das ações de segurança



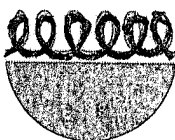
3. Redução de homicídios

- Criação de um plano nacional para redução de homicídios
- Priorizar a investigação policial desses casos
- Fortalecer e ampliar a política de controle de armas e munição
- Financiar programas de prevenção em públicos mais vulneráveis à violência letal
- Reduzir a letalidade policial



4. Reforma do modelo policial

- Implementar polícias integradas de ciclo completo
- Fortalecer o controle externo da atividade policial
- Alterar a natureza da atividade policial
- Reforma das carreiras policiais, garantindo entrada unificada e possibilidade de progressão até o nível mais alto da hierarquia



5. Modernização da política criminal e penitenciária

- Priorizar alternativas penais
- Ampliar o acesso à Justiça
- Aprimorar o sistema penitenciário



6. Revisão de aspectos da política de drogas

- Reduzir o encarceramento de pequenos traficantes

Fonte: Agenda Prioritária de Segurança Pública.
Infografia: Gazeta do Povo.

INFORMAÇÃO

Padronização de dados ajuda na formação de políticas públicas

No Brasil não há um padrão para a geração de estatísticas de segurança pública: cada estado determina como faz o controle. Isso gera inconvenientes. O principal problema é que é difícil comparar dados criminais entre os estados. No Paraná, se houve um crime que resultou em cinco mortes, a Secretaria de Segurança Pública contabiliza como cinco homicídios. Em São Paulo, se duas pessoas morreram no mesmo crime, a estatística conta como um homicídio, porque é uma única investigação. "A Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico (Cape) da Secretaria de Segurança Pública luta em âmbito nacional por essa padronização, pois somente desta forma será possível o estabelecimento de políticas eficientes em cada região", afirma Leon Gruppenmacher. Bruno Paes Manso, do NEV-USP, lembra que em São Paulo, graças ao georeferenciamento dos dados de violência, foi possível determinar os pontos onde ocorreriam mais crimes e traçar ações específicas. "É preciso ter padrão e qualidade de dados, para poder traçar um diagnóstico do problema". Na avaliação de Guaracy Mingardi, especialista em segurança pública, outro problema em relação à gestão da informação desses dados está no diálogo entre as próprias corporações. "Muitas vezes, as polícias Militar e Civil não trocam informações dentro do próprio estado. Às vezes, nem dentro da própria polícia. Isso precisa ser construído. A análise dessas informações é que vai estabelecer uma política pública."

CONTINUA

03 AGO 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Reduzir mortes exige bom plano

A elaboração de um plano nacional de redução de homicídios, com a definição de metas, é uma das propostas apresentadas pela agenda prioritária. "Todo mundo quer, mas ali não diz como fazer, como reduzir. Prioridade ao combate ao homicídio, enfrentamento, eu concordo. Um plano não é uma política, é uma ideia", critica Guaracy Mingardi, especialista em segurança pública.

Nesse aspecto, o Paraná definiu um plano plurianual (2011/2015), com a proposta de diminuir a taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes. Em 2010, a marca era de 30,4 e o objetivo é chegar a 2015 com taxa de 21,5. O índice de mortes por 100 mil habitantes de 2013 fechou em 23,36.

"A criação deste plano é absolutamente viável, desde que sejam respeitadas as peculiaridades de cada região. Não se pode aplicar as mesmas ações voltadas à redução nos índices de homicídios no Paraná e em Tocantins. O que se deve traçar são metas a serem atingidas (por estado) e possibilitar a oferta de recursos para ações voltadas ao alcance destas metas", diz o secretário de Segurança do Paraná, Leon Grupenmacher.

A criação de divisões para investigar homicídios também é apontada como um caminho para baixar os índices. No Paraná, por exemplo, foi implantada recentemente a Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

IMPUNIDADE

A impunidade é incentivo para a prática de crimes. A afirmação é do coordenador do Núcleo de Pesquisa em Segurança Pública e Privada da Universidade Tuiuti do Paraná, Algacir Mikalovski, que a considera o "câncer da segurança pública". "Temos de investir em políticas penitenciárias, não necessariamente encarcerando as pessoas, mas fazendo com que sejam punidas pelo crime", defende. Para ele, o problema é que os criminosos não se sentem punidos.

"Antes de sua criação [Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa] os homicídios eram tratados como crimes que precisavam ter sua autoria identificada. Agora, os homicídios são vistos como uma transgressão ao bem maior do ser humano, e que precisa ser evitada."

Leon Grupenmacher, secretário de Segurança Pública do Paraná.

EM CONJUNTO

Reforma traria modelo integrado de ciclo completo à polícia

O modelo policial brasileiro é composto por diversas corporações, que respondem aos governos federal e estadual e não trabalham integradas, salvo em casos de grandes operações conjuntas. Uma das propostas apresentadas na agenda prioritária é da reformulação do modelo policial, adotando um sistema integrado de ciclo completo.

Segundo Bruno Paes Manso, pesquisador do NEV-USP, a polícia ostensiva, como é o caso da Polícia Militar no Brasil, é responsável pelo patrulhamento e flagrante e, como está na rua e coleta muita informação, também poderia investigar o caso. Esse modelo é adotado em outros países, como a França, onde há forças específicas para patrulhamento e investigação, com diferenciação do tipo de polícia apenas de acordo com o tamanho da cidade (Polícia Nacional ou "Gendarmerie" nacional). Para Guaracy Mingardi, especialista em segurança pública, no sistema francês o ciclo completo funciona porque só há uma força policial na área. "No nosso modelo há duas polícias no mesmo terreno. Uma faz investigação e outra faz prevenção. Ciclo completo é legal se for polícia regional ou estadual. Aí funciona, mas não pode ter mais de uma polícia na mesma área", argumenta. Quem trabalha diretamente com a gestão da segurança pública, como é o caso do secretário da pasta paranaense, Leon Grupenmacher, não vê necessidade de uma remodelação total, mas concorda que há medidas para tornar o serviço mais eficiente. No estado, a integração entre as corporações é uma diretriz da pasta, inclusive com ações em parceria com as polícias Federal e Rodoviária Federal. "A PM mantém junto com a PF uma força-tarefa de combate ao crime organizado, com excelentes resultados", afirma. (FT)

03 AGO 2014

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Tribunal de Contas

Que o Tribunal de Contas tem demonstrado que seu telhado é de vidro devido aos últimos acontecimentos envolvendo possíveis fraudes em processo de licitação é público e notório. Mas a Alep quer aprovar projeto de lei que abranda, limita ou até mesmo restringe o poder de fiscalização e da aplicação de pesadas multas por irregularidades na prestação de contas dos municípios é uma aberração. Se o TC não tiver total autonomia para julgar e aplicar sanções aos alcaides que não cumprem com austeridade, parcimônia e eficiência a aplicação do dinheiro público, o melhor é que a Alep mude a regra constitucional e passe, além de legislar, a fiscalizar e julgar suas contas e dos demais poderes.

Marcelo Rebinski, historiador

Tortura

Para mim não interessa o crime cometido: polícia não pode tratar mal e muito menos espancar qualquer pessoa detida. Enquanto não abolirmos a Lei da Anistia, não prendermos os torturadores e criminosos da ditadura e não começarmos a punir exemplarmente policiais que abusam do poder, isso não terá fim. Mas deve-se punir de verdade, com demissão e prisão. A polícia é paga para nos proteger e nos tratar com respeito, e não é isso o que tenho percebido.

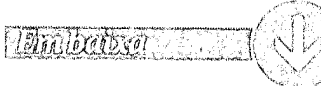
Maurício Antunes Ariede

NOTAS POLÍTICAS



Ricardo Lewandowski

O ministro assumirá em definitivo a presidência do Supremo Tribunal Federal agora que Joaquim Barbosa se aposentou oficialmente.



Beto Richa

O governador teve vários revezes jurídicos, sendo obrigado a retirar material de páginas oficiais e a fechar sua "tenda digital".

04 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Promotores apontam aumento de casos de exploração sexual infantil

Durante a Copa do Mundo no Brasil, número de denúncias ao Disque 100 aumentou 41% em relação ao mesmo período do ano passado

Em moção de repúdio divulgada ontem, promotores de Justiça de todo o país afirmam que houve “aumento significativo” no número de casos de exploração sexual de crianças no Brasil. Eles destacam que as denúncias de crimes dessa natureza recebidas pelo Disque 100 aumentaram durante o período da Copa do Mundo. O número saltou de 524, de 12 de junho a 13 de julho do ano passado, para 740 no mesmo período deste ano. As informações são da Agência Brasil.

A moção, apresentada durante encontro de promotores em Brasília, diz que embora pontos de maior vulnerabilidade infantojuvenil tenham sido detectados pela Rede de Proteção — como praias do Nordeste, Porto de Manaus, rodovias federais e capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Natal —, o país está longe de erradicar a prática do crime de estupro de vulnerável.

A mobilização da sociedade é fator importante para acabar com a exploração sexual de menores, disse o promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Renato Barão Baralda. “Muitos dos casos acontecem na família, dentro das casas. É preciso que a sociedade seja sensibilizada e não aceite esse tipo de violência”, afirmou.

Violações

Também como forma de combater as violações, foi criado o Pró-Infância - Fórum Nacional dos Membros do Ministério Público da Criança e do Adolescente, para reunir promotores de Justiça de todo o país e servir como canal de diálogo entre os profissionais para discutir questões com as quais têm de lidar diariamente. O fórum, que não constitui um espaço institucional, também será responsável pela organização de encontros nacionais voltados para o tema.

O grupo pretende criar também equipes de trabalho para discutir as diversas violações dos direitos das crianças e adolescentes e debater posicionamentos em relação a projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, entre outras questões.

Governo

A Secretaria de Direitos Humanos (SDH) esclareceu que o aumento do número de denúncias pelo Disque 100, não significa, necessariamente, a ocorrência de mais casos de abuso. A pasta prepara um levantamento dos atendimentos feitos nos estados durante o Mundial de Futebol.

04 AGO 2014

» CORRUPÇÃO GAZETA DO POVO

Execuções acendem alerta na PM

Casos recentes de policiais suspeitos de assassinato revelam uma cultura arraigada na corporação

Diego Ribeiro, Felipe Antbal e Rodrigo Batista

Quatro casos de grande repercussão envolvendo policiais militares suspeitos de cometer assassinatos em Curitiba e região metropolitana escancararam uma ferida profunda na segurança pública paranaense: os extremos a que policiais chegam movidos pela corrupção. Homicídios, torturas, ocultação de cadáver e fraude processual são alguns dos crimes pelos quais 14 policiais responderão na Justiça. Esses desvios de conduta são reconhecidos e condenados por alguns policiais, que dizem que pouco podem fazer, por medo de perseguição.

Recentemente, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) denunciou à Justiça sete policiais militares suspeitos de terem torturado, matado e escondido o corpo do ajudante de pedreiro Edenilson Murillo Rodrigues, em maio do ano passado, em Piraquara. Outros cinco foram denunciados pela suspeita de terem executado três pessoas, no bairro Umbará, em outubro de 2013.

Somado a isso, a Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) prendeu dois policiais militares, que podem ter participado das mor-

tes de quatro pessoas no bairro Sítio Cercado em junho. Não bastassem esses crimes, a Polícia Civil não descartou a hipótese de essa chacina estar relacionada à que ocorreu no Xaxim no fim de maio e que vitimou cinco pessoas.

Crise

Por trás desses crimes, há uma cultura já arraigada dentro da Polícia Militar. Policiais ouvidos pela reportagem mencionam uma "crise de comando": falta de punição e despreparo na hora das avaliações dos concursos que definem quem vestirá a farda. "Há uma despreocupação grande dos oficiais de alta patente com o que acontece no chão do quartel. Além disso, há uma crise de liderança grande na PM", diz um agente que pediu anonimato.

Além disso, muitos policiais acabam acreditando que, quando matam um suspeito, estão fazendo algo bom à sociedade. "A população é condescendente com essa prática, pois só morre pobre. O policial que pensa assim acaba virando presa fácil para o crime organizado. Um dia mata um, no outro está matando por um", ressaltou outro policial.

O sociólogo Pedro Bodê, coordenador do Grupo de Estudo da Violência da Universidade Federal do Paraná, lembrou que a força policial extrema é um problema histórico brasileiro e faz parte da cultura no país. "Há falta de controle, mas é muito mais que isso. A gente sabe que o único policial que é punido é o da base. Existe também o aumento da violência de forma geral. São muitos elementos que vão confluindo."

TRÁFICO

Investigação de chacinas aponta rede de corrupção

Investigações da Delegacia de Homicídios sobre a chacina ocorrida em junho no bairro Sítio Cercado apontam para uma rede de corrupção envolvendo policiais militares do 13º Batalhão e traficantes de drogas.

De acordo com testemunhas sigilosas, o traficante morto na chacina pagava "pedágio" de R\$ 4 mil mensais a policiais militares para poder vender as drogas sem ser incomodado. Um dos "patrões" do tráfico na região seria "sócio" dos PMs investigados. Ele indicaria a quem entregava os entorpecentes e estes passavam a ser extorquidos pelos policiais. O dinheiro do pedágio seria repartido entre os agentes e o "patrão".

Outros depoimentos apontam ainda que agentes fazem "bicos" em bailões do Pinheirinho. Além da vigilância, os agentes selecionariam quem poderia vender drogas nos locais. A família assassinada no Sítio Cercado morava antes no Pinheirinho. No Xaxim, bairro vizinho, cinco pessoas foram executadas em maio – entre elas, um traficante. O tipo de arma usada nos crimes é o mesmo, e haveria também um mecanismo de extorsão. Por isso a DHPP não descarta a possibilidade de os homicídios no Xaxim terem sido cometidos por PMs. (DR, FA e RB)

CONTINUA

04 AGO 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

OUTROLADO

A Polícia Militar informou, em nota, que apura todas as denúncias envolvendo desvios de conduta dentro da corporação e que não tolera irregularidades. "Inexiste no seio da PM qualquer forma de acobertamento, desídia, omissão ou condescendência criminosa com os fatos relacionados a desvios de conduta, violência exacerbada ou outras formas de desvios", diz trecho da nota. Para todas as ocorrências em que policiais se envolvem em confronto é instaurado um Inquérito Policial Militar (IPM), que pode culminar ou não em processo-crime. Em casos mais polêmicos, a PM garante acionar o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil.

04 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Dano moral na perda de investimentos

ARTIGO

(GEROLDO AUGUSTO
HAUER – G. A. HAUER
ADVOGADOS ASSOCIADOS,
sócio fundador geroldo@
gahauer.com.br)

Em recente decisão, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça afastou o dano moral por perda em investimento de alto risco (julgamento do Recurso Especial n.º 656.932/SP).

No caso analisado, os autores ingressaram com ação de cobrança cumulada com indenização, sob a alegação de que a instituição financeira teria feito propaganda enganosa ao omitir informações sobre os riscos dos investimentos disponibilizados. Em razão disso, quando da desvalorização do real diante do dólar, ocorrida em janeiro de 1999, os seus fundos de investimento sofreram perdas superiores ao valor historicamente investido, atingindo substancialmente os seus patrimônios.

Em que pese os autores terem alegado que sofreram intranquilidade e transtornos em virtude da referida situação, o Ministro Relator Antonio Carlos Ferreira decidiu que “o simples descumprimento contratual, por si, não é capaz de gerar danos morais. Necessária se faz a existência de um *plus*, uma consequência fática capaz, essa sim, de acarretar dor

e sofrimento indenizável pela sua gravidade”. Vale dizer, a Corte Superior entendeu que a mera alegação dos autores terem perdido todo o dinheiro investido, em razão do descumprimento contratual por parte do banco, não gerou o abalo moral.

Em relação ao tema, cuja repercussão transcende a variação havida em 1999 – que deu causa ao julgamento proferido pelo Superior Tribunal de Justiça –, é importante ressaltar que os fundos de renda fixa assim como qualquer aplicação financeira, embora mais rentáveis, oferecem inúmeros riscos ao investidor, o qual não poderá culpar a instituição financeira por eventuais perdas decorrentes dos investimentos. Nesse sentido, a instituição deve repassar todas as informações necessárias ao investidor, permitindo que esse tenha amplo conhecimento sobre os perigos inerentes à sua decisão, agindo com plena autonomia da vontade. Quando há tal ciência sobre os riscos intrínsecos à operação, inexistente a possibilidade de indenização pela desvalorização cambial, seja ela por danos materiais ou morais.

Em contrapartida, quando o gestor de fundos deixa de informar corretamente quais são os riscos da aplicação, é admitido que a instituição financeira seja responsabilizada por eventuais prejuízos causados ao investidor. Quanto aos

danos morais, como decidiu o citado Ministro, deverá ocorrer a “efetiva lesão aos sentimentos, abalo ou inquietação espiritual ou psíquica”.

Diante do entendimento em tela, e considerando as oscilações da economia nacional e a possibilidade de variações abruptas nas bolsas de valores, é de suma importância que o investidor, seja ele pessoa física ou jurídica, analise e compreenda, minuciosamente, todas as cláusulas contratuais e prospectos antes de pactuar uma aplicação financeira. Frise-se que cada fundo possui um regime próprio, com prazos específicos, que deve ser aprovado pela CVM. Aos mais conservadores, é necessário averiguar o grau de risco e se a instituição garante a integralidade do capital investido ou se existem cláusulas com mecanismos específicos, a exemplo da “stop loss”. Caso contrário, o risco de perda total ou parcial da aplicação é de inteira responsabilidade do investidor.

(Colaboração: Carolina Janz Costa
Silva, G. A. Hauer & Advogados
Associados geroldo@gahauer.com.br)

04 AGO 2014

GAZETA DO POVO

Liminar do TRE ordena retirada de conteúdo de site de Requião

Marcelo Andrade/Gazeta do Po



O candidato à reeleição ao governo do Paraná, Beto Richa (PSDB), obteve no sábado uma decisão favorável sobre um pedido de liminar que determina a retirada de conteúdo do site do candidato **Roberto Requião (PMDB, foto)**. A decisão da Justiça determinou a concessão de direito de resposta a Beto Richa. Requião recorreu. O conteúdo questionado no site é uma entrevista do candidato do PMDB questionada foi concedida no dia 28 de julho à Rádio Clube FM. Na ocasião, Requião falou que o governador recebeu R\$ 3 milhões em doações para campanha eleitoral de empresas que têm concessões de rodovias. Em troca, teria desistido de ações judiciais contra estas empresas. Em nota, Richa nega a acusação e diz que a decisão do juiz Guido Döbeli, que concedeu a decisão liminar, considerou a afirmação de Requião como "propaganda eleitoral inverídica, ofensiva, caluniosa e difamatória."

AJUSTES

PRP substitui candidato a vice da chapa ao governo do Paraná

O Partido Republicano Progressista (PRP) anunciou ontem que substituiu o candidato a vice-governador da chapa que vai concorrer ao governo do Paraná nas eleições deste ano. Antes, o odontólogo Valfredo Dzazio sairia ao lado do candidato a governador Ogier Buchi. Agora, o advogado Élson de Almeida Ribas Filho será o nome que aparecerá junto do de Ogier. O partido também aproveitou para promover outras três mudanças na sua lista de candidatos no Paraná, como nome do suplente do senador e candidatos às proporcionais.

O presidente do PRP, Jorge Luiz de Paula Martins, explica que a decisão foi tomada porque Dzazio responde a irregularidades na prestação de contas da campanha eleitoral de 2012. O político disputou uma vaga de vereador pela cidade de Ponta Grossa. "Prevaleceu o bom senso. Tomamos a atitude antes que a Justiça Eleitoral pudesse tomar alguma providência mais ácida", comenta.

100 PROCESSOS

foram recebidos até o fim da tarde de ontem pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Do total, 94 ações são relacionadas a propaganda irregular no período eleitoral. Até agora, 43 processos foram julgados em primeira instância – 25 deles foram avaliados como procedentes e 19, improcedentes.

COLONA DO LEITOR

Salários dos juizes

Eu seria contra o valor dos salários pagos aos juizes desde que os políticos também não recebessem por isso. Os juizes estudaram, mas há muitos políticos que mal sabem escrever.

Juramir Mesquita

Doleiro preso foi sócio da Petrobras em projeto de usina

Consórcio formado por estatal e duas empresas de Youssef venceu leilão para construir termelétrica em Pernambuco

PF aponta que parceria decorreu das relações políticas do doleiro, que deixou sociedade após a concorrência, em 2007

MARIO CESAR CARVALHO
DE SÃO PAULO

Dois empresas controladas pelo doleiro Alberto Youssef foram sócias da Petrobras Distribuidora num consórcio escolhido para construir uma usina termelétrica em Suape (Pernambuco), segundo relatório da Polícia Federal sobre a Operação Lava Jato.

O doleiro é réu numa ação penal sob acusação de ter lavado dinheiro desviado da obra da refinaria Abreu e Lima, que está sendo construída em Pernambuco. Mas é a primeira vez que ele aparece como sócio da estatal.

Uma das suspeitas investigadas é que Youssef conseguiu entrar no consórcio graças aos contatos políticos que ele tinha na Petrobras.

As empresas de Youssef que se associaram à estatal (Ellobras e Genpower Energy) não tinham atuação no mercado de energia.

A Petrobras não quis se pronunciar (leia ao lado).

Com as duas empresas, Youssef detinha a maior fatia do consórcio, de 40%. Petrobras, MPE Montagens e Genpower detinham 20% cada uma, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica, que fez o leilão para a construção da termelétrica.

A usina começou a ser erguida em 2008 e ficou pronta em 2013, após investimentos de R\$ 600 milhões.

A PF descobriu que o doleiro estava por trás do consórcio ao apurar que a CSA Project Finance, empresa de Youssef e do ex-deputado José Janene (PP-PR), que morreu em 2010, controlavam as duas associadas da Petrobras. "A CSA é mandatária das empresas Ellobras e Genpower", afirma o relatório da investigação.

Janene foi quem introduziu Youssef no mundo político, de acordo com a polícia. Foi o ex-deputado também quem indicou Paulo Roberto Costa para a diretoria de distribuição da Petrobras em 2003. Costa está preso na PF em Curitiba e é réu em dois processos, sob acusação de ter desviado recursos da refinaria Abreu e Lima.

A CSA é acusada de ter lavado dinheiro do mensalão para Janene. A empresa investiu R\$ 1,16 milhão dos R\$ 4,1 milhões que Janene e o PP receberam do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza em uma indústria de Londrina (PR).

Youssef não atuou na construção da usina. O consórcio ganhou o leilão em 7/11/2007 e, 40 dias depois, o doleiro vendeu os 40% que detinha para o Grupo Bertin.

A Folha apurou que os 40% no consórcio renderam cerca de R\$ 700 mil a Youssef. O Bertin acabou fora do projeto por falta de recursos. Para acabar a usina, a Petrobras teve de recorrer ao Fundo de Investimento do FGTS, que aplicou R\$ 372,9 milhões na usina de Suape.

Colaborou MACHADO DA COSTA, de São Paulo

OUTRO LADO

Estatal não se pronuncia sobre parceria

DE SÃO PAULO

A Petrobras Distribuidora não quis se manifestar sobre o fato de ter integrado um consórcio do qual faziam parte duas empresas controladas pelo doleiro Alberto Youssef.

A MPE disse que nunca teve negócios com Alberto Youssef nem atuou na cons-

trução da usina termelétrica Suape 2. Dos vencedores do leilão, só a Petrobras seguiu no projeto até o fim. Os outros ganhadores venderam suas participações à estatal.

O Grupo Bertin disse que nunca soube que as empresas Ellobras e Genpower eram controladas por Youssef. Essas empresas detinham competências que o grupo não dispunha, segundo o Bertin.

O advogado de Youssef, Antonio Augusto Figueiredo Basto, disse que terá de ver o relatório para se pronunciar.

FOLHA DE S. PAULO

No PR, governo
lota presídios
para esvaziar DPs

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

02 AGO 2014

Para esvaziar as carceragens das delegacias, cumprindo promessa de campanha de Beto Richa (PSDB), o governo do Paraná encheu os presídios.

Em algumas unidades, já há superlotação.

Há 300 presos a mais do que as vagas em penitenciárias. É pouco para 19 mil detentos, mas isso não ocorria alguns meses atrás.

Alguns presos dormem em colchões no chão. Agentes penitenciários reclamam de insegurança e falam em risco de rebeliões. “O governo está resolvendo um problema e criando outro”, diz o presidente do Sindarspen (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná), Antony Johnson.

A Secretaria da Justiça diz que a situação é “transitória” e que está criando novas vagas para aliviar o sistema, mas que precisava resolver o problema das carceragens. Em 2011, o Paraná era o Estado com a pior superlotação de carceragens no país.

“É óbvio que o ideal é não ter superlotação, mas melhorou muito perto do que tínhamos”, diz a secretária Maria Tereza Gomes.

O governo mandou comprar 5.000 tornozeleiras eletrônicas, que permitirão a libertação de detentos em condições de migrar para o regime semiaberto. Estão sendo construídos 20 presídios, que abrirão 6.700 vagas até 2015.

02 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

Das ruas para a prisão

LUÍS FRANCISCO CARVALHO FILHO

A prisão de 23 ativistas lembra cena de 'Casablanca' em que o comissário ordena: 'Prendam os suspeitos de sempre'

O PRINCIPAL rescaldo da Copa do Mundo não é a volta de Dunga à seleção nem a ingênua expectativa de moralizar o futebol pelas mãos do governo federal. O que interessa saber é como se dará a relação entre o poder de polícia e o ativismo político expresso em manifestações públicas.

A importância do tema cresce porque a deterioração da economia pode engrossar, nas ruas, movimentos de insatisfação em futuro próximo. E, com a Olimpíada de 2016, é previsível o prolongamento do estado de sítio informal que assola as favelas do Rio de Janeiro.

A prisão de 23 ativistas na véspera da final da Copa lembra a passagem do filme "Casablanca" (1942, direção de Michael Curtiz) em que o comissário de polícia, depois de ver Rick (Humphrey Bogart) disparar contra o oficial nazista, ordena: "Prendam os suspeitos de sempre".

É estranho passar por cartazes reclamando a libertação de "presos políticos" ou ler notas de entidades como OAB e Anistia Internacional, preocupadas com a escalada repressiva.

Se é constrangedor, também, saber do ideário pré-histórico de "jovens" que acreditam na solução comunista, apesar de tudo que aconteceu no século 20, e enxergam a "imprensa burguesa" como "capacho ianque", sua existência faz parte, ou deveria fazer, da normalidade democrática.

Não há controvérsia sobre dois aspectos fundamentais. A liberdade de manifestação é um direito sagrado, apesar do incômodo que ge-

ra para a vida cotidiana, e é dever do poder público conter e punir atos de violência e depredação.

Os ativistas cariocas são acusados de formação de quadrilha armada, e, se a estratégia de prendê-los para evitar conflitos no dia do jogo final revelou-se vitoriosa na prática, para a satisfação de organizadores e governantes, resta um sentimento de desconfiança em torno do trabalho policial. Desconfiança reforçada pelo habeas corpus que considerou as prisões preventivas desnecessárias.

As investigações são desconfortavelmente sigilosas, baseadas no conteúdo de conversas telefônicas interpretadas, em depoimentos com alguma inspiração folhetinesca e na apreensão de litros de gasolina e objetos, além de livros, é claro, que confirmariam a grave conspiração. A denúncia do Ministério Público resultante do inquérito, por outro lado, parece imprecisa quando tenta descrever o envolvimento de cada um dos réus em situações concretas de violência, ou em atos preparatórios, sem a essencial vinculação a datas e outras circunstâncias factuais.

Estaríamos diante de uma quadrilha formada pela agregação de membros de diversos grupos empenhados em contestar o "status quo". Teriam se unido, paulatinamente, depois de concluir que o protesto pacífico não seria meio hábil para o alcance de seus objetivos, passando então a estimular a destruição de símbolos capitalistas e ataques a policiais.

Há semelhança entre o enredo de agora e os raciocínios mirabolantes que setores de inteligência do regime militar desenvolviam para o combate à subversão? Nossas tropas policiais agem com equilíbrio e moderação ao vigiar as passeatas? A paz pública depende mesmo do cerco repressivo a personagens como Sininho e Game Over, transformados em celebridades? Criminalizar protestos é o caminho?

lfcvalhofilho@uol.com.br

02 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

Mercadante é multado por propaganda antecipada

Ministro convocou entrevista em junho

Na primeira sessão após o recesso, o Tribunal Superior Eleitoral multou o ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, por ter convocado uma entrevista coletiva no Palácio do Planalto, em um domingo de junho, para rebater críticas ao governo federal feitas na convenção tucana que homologou a candidatura de Aécio Neves à Presidência.

Mercadante foi multado em R\$ 7.500 por propaganda antecipada. O TSE entendeu que não há provas da participação da presidente Dilma Rousseff na irregularidade.

A assessoria da Casa Civil disse que o ministro respeita a Justiça Eleitoral, mas mantém a interpretação apresentada em sua defesa e avaliará as medidas legais cabíveis.

Na sessão desta sexta-feira (1º), o TSE aprovou o pedido de registro de candidatura de Dilma Rousseff (PT) e de mais sete candidatos ao Planalto. Os pedidos de Aécio Neves (PSDB), Eduardo Campos (PSB) e Luciana Genro (PSOL) devem ser aprovados nas próximas sessões.

O TSE também julgou representações da oposição contra Dilma. A maioria dos ministros entendeu que não há provas de que a petista cometeu irregularidades no uso de cadeia e rádio e TV no Dia da Mulher e para falar sobre a Copa. (RANIER BRAGON)

DIREITOS HUMANOS

Tortura ainda é comum no país, diz integrante da Comissão da Verdade

DO RIO - Após colher depoimentos de militares que atuaram na ditadura militar, o coordenador da Comissão Nacional da Verdade, Pedro Dallari, traçou nesta sexta-feira (1º) um paralelo entre o Brasil atual e o do período do regime militar.

“A tortura persiste como uma política sistemática na segurança do país. Ela ainda é vista como algo comum e corriqueiro”, declarou Dallari.

O coordenador disse que o caso do pedreiro Amarildo de Souza, morador da Rocinha que foi torturado e morto por policiais militares de uma UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) em 2013, remete ao caso Rubens Paiva (1929-1971), dado como desaparecido durante o regime militar: “O caso Amarildo é o caso Rubens Paiva”, afirmou Dallari.

A advogada Rosa Cardoso, integrante da comissão, disse que o país ainda “usa mecanismos criados desde a época de Getúlio Vargas. Temos que desmontar esses aparelhos de terror”, disse, sobre a tortura.

PAÍNEL

Mais uma chance O ministro Gilmar Medes, do Tribunal Superior Eleitoral, devolveu provisoriamente o mandato do prefeito de Americana, Diego de Nadai, após o presidente da corte, José Antonio Dias Toffoli, ter negado o pedido do tucano.

Vai quedô A defesa aproveitou que Mendes assumiu a presidência do tribunal interinamente para reapresentar o pedido. O advogado do prefeito tucano, Anderson Pomiñi, diz que, caso o plenário mantenha a cassação, pretende recorrer ao Supremo.

03 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

Para juízes, limite de idade para fertilização é inconstitucional

Em 2013, Conselho Federal de Medicina vetou reprodução assistida a mulheres acima de 50 anos

Conselho Nacional de Justiça fez pacote com orientações para auxiliar o julgamento de ações sobre o tema

CLÁUDIA COLLUCCI
DE SÃO PAULO

É inconstitucional estabelecer um limite de idade para que a mulher possa engravidar por fertilização in vitro.

A avaliação é do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e contraria norma do CFM (Conselho Federal de Medicina) de 2013, que restringe em 50 anos o limite de idade para fazer a fertilização.

Em um pacote de orientações feito aos juízes em maio, sobre temas de saúde, o CNJ diz que limitar a idade afronta o direito à liberdade de planejamento familiar.

O CFM argumenta que a gravidez tardia traz riscos à saúde da gestante, como hipertensão e diabetes, e do bebê, como a prematuridade.

Para Deborah Ciocci, conselheira do CNJ, a medida pune a mulher e deveria ser banida ou alterada, deixando a decisão a cargo do médico. "Ele é responsável pela paciente e assume os riscos."

66 É um dilema garantir o direito à reprodução e evitar riscos à saúde, mas acho que o médico é capaz de tomar a melhor decisão

JULIO VOGET
ginecologista

Segundo ela, a orientação do CNJ é educacional, para subsidiar o juiz com informações caso ele tenha que julgar uma ação sobre o tema. "Não é jurisprudência."

Tramita no Congresso um projeto de lei que pede a anulação da resolução do CFM. "Não se pode limitar idade de ser mãe. A medicina é uma ciência em que os casos são individualizados", diz o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB), autor do projeto.

Para o ginecologista Eduardo Mota, professor da Unifesp e especialista em reprodução assistida, o CNJ tem razão. "Talvez a norma do CFM devesse ter isso [limite da idade] como recomendação e não como obrigação."

O mesmo pensa o ginecologista Julio Voget, um dos responsáveis pelo sucesso de

um tratamento de fertilização in vitro numa mulher de 61 anos (veja à dir.) em 2011.

"É um dilema garantir o direito à reprodução e evitar riscos à saúde, mas acho que o médico é capaz de pesar isso e tomar a melhor decisão."

Ele afirma que já atendeu mulheres na faixa de 40 anos com problemas de saúde que implicavam mais riscos do que outras acima de 50 anos.

Voget diz que, após a resolução, foi procurado por várias mulheres com mais de 50 anos que desejavam ser mães, mas, depois de informadas que deveriam buscar autorização no conselho de medicina, não retornaram.

CONTINUA

03 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

LITERATURA MÉDICA

O CFM informou que a fixação do limite de idade leva em consideração estudos internacionais que relatam riscos nas gestações tardias. “Em outros países, o limite de idade é menor. Na Dinamarca, é de 45 anos.”

Segundo o CFM, a resolução deixou aberta a possibilidade de mulheres acima de 50 anos solicitarem autorização aos conselhos regionais de medicina. “Os casos serão analisados individualmente, a partir de dados clínicos.”

O CFM reiterou ainda que “nunca houve a intenção de cercear direitos humanos, individuais ou reprodutivos” e que os conselheiros federais de medicina estão à disposição do CNJ para esclarecer eventuais dúvidas.

O ginecologista Artur Dzik, diretor científico da Sociedade Brasileira de Reprodução Humana, diz que a norma do CFM é pedagógica e alerta sobre os riscos da gravidez tardia. “Evita a banalização.”

> DEPOIMENTO

Mãe aos 62 anos, educadora ainda amamenta filha

Mãe de um casal de filhos e avó de cinco netos, a educadora Márcia Chaves Gamboa engravidou novamente no fim de 2011, aos 61 anos, por fertilização in vitro e com óvulo doado. Deu à luz aos 62.

Marcita nasceu em agosto de 2012, com 38 semanas de gestação. Hoje, com quase dois anos, a menina ainda mama no peito. Leia a seguir trechos do depoimento de Márcia. (cc)



“Entre namoro e casamento, estamos juntos há 14 anos. O Silvio não tinha filhos e sempre dizia que queria ter uma Marcita [apelido da filha].

Só que, além de estar na menopausa, tinha feito laqueadura após o nascimento da minha filha caçula. Mas um dia decidimos investigar se a gravidez era possível e todos os riscos envolvidos.

A primeira tentativa não deu certo. Na segunda, quando pegamos o resultado positivo, foi uma emoção muito grande.

Esperamos as festas de final de ano para contar para a família. Quando mostrei o exame, todos ficaram incrédulos. Meu filho [hoje com 39 anos], que é médico, dizia: ‘Mainha, como isso é possível?’.

A gravidez foi tranquila, continuei trabalhando [é pesquisadora convidada da Unicamp] e fazendo minhas atividades físicas. A equipe médica e uma nutricionista me acompanharam. Marcita nasceu em 20 de agosto, na 38ª semana de gestação [com 2,3 kg].

Tinha receio de não produzir leite, mas sempre tive bastante. Até hoje, ela mama no peito. É o primeiro lugar que ela procura quando tem fome.

Ter uma filha nessa idade nunca nos impediu de nada. Como pesquisadores, a gente viaja muito e ela sempre está com a gente. Não temos babá, nos revezamos nos cuidados.

Nossos amigos dizem que a gente rejuvenesceu. Acho que esse direito à maternidade não deve ser tolhido das mulheres.”

03 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

Crescem queixas contra brasileiros acusados de 'fugir' com os filhos

1º semestre de 2014 teve aumento de 26% de supostos
casos de sequestro em relação a 2013 inteiro

Foram 243 novos casos até agora; ocorrências praticamente dobram a cada ano, afirma técnico do governo

FERNANDA ODILLA
DE BRASÍLIA

Ele acusa a ex-mulher de ter vindo passar as férias no Brasil e nunca mais ter voltado com os filhos para a Argentina, onde a família morava. Ela sustenta que o pai abandonou as crianças no Rio quando voltou sozinho para Buenos Aires.

Ele diz chorar toda vez que pensa no tempo que está longe dos filhos. Ela fica nervosa e ameaça processar quem publicar detalhes dessa história.

A disputa entre o franco-argentino Alejandro Estève e a brasileira Hilana Lannes tem acusações mútuas e se arrasta há 11 anos nos tribunais brasileiros, sem data para terminar. O nome dela foi parar na lista de procurados pela Interpol. O caso virou denúncia contra o Brasil na Corte Internacional de Direitos Humanos pela demora da Justiça.

Quando a briga começou, o filho mais velho do casal tinha quatro anos e o mais novo, cinco meses. Viram o pai

poucas vezes desde 2003. O último encontro foi em dezembro, depois de nove anos, por determinação do STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Hoje são adolescentes e protagonistas de uma história símbolo da morosidade da Justiça e da dificuldade do Brasil em cumprir regras impostas por um tratado internacional do qual é signatário.

O nome que se dá a casos como esse é impactante: sequestro internacional de crianças. As estatísticas também impressionam.

O número de brasileiros que subtraem os próprios filhos sem o consentimento do marido ou da mulher estrangeiros aumentou 26% no primeiro semestre do ano.

No fim de 2013, eram 193 em curso. Até junho deste ano, foram 243 novos pedidos de cooperação internacional.

Casos novos chegam toda semana, mas a maioria passa um ano sem solução. Esperam uma decisão definitiva da Justiça sobre qual deve ser o destino da criança, tal qual a história de Alejandro e Hilana.

Cerca de 85% dos casos referem-se a pedidos de retorno, seja ao Brasil ou ao exterior. O restante trata de acordos para visitas. Mães são as

que mais desaparecem com os filhos. Os dados são da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

CONVENÇÃO DE HAIA

“Proporcionalmente, o número de casos novos praticamente tem dobrado a cada ano. A crise econômica, principalmente na Europa, é uma das explicações”, observa, preocupado, George Lima.

Ele coordena a equipe do governo encarregada de localizar as crianças e de tentar um acordo entre os pais.

Portugal e Itália lideram o ranking de países que comunicam ao Brasil sequestros internacionais de menores. A Convenção de Haia é clara: o lugar de discussão da guarda é onde as crianças moravam antes da transferência.

Foi o que aconteceu no mais notório caso no Brasil: o do menino Sean, que voltou para a guarda do pai nos EUA depois que a mãe o trouxe ao país sem autorização, casou-se outra vez e acabou morrendo no parto do segundo filho.

A Justiça brasileira, contudo, nem sempre entende que as crianças devem voltar. A maioria dos casos têm um enredo fadado a se arrastar — assim como a história de Alejandro e Hilana e de seus filhos.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

03 AGO 2014

DISPUTA INTERNACIONAL

Queixas contra brasileiros acisados de "fugir" com os filhos aumentam 26% em seis meses

CASOS EM ANDAMENTO

2013 (janeiro a dezembro)

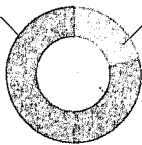


2014 (até junho)



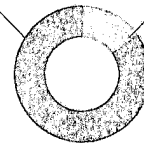
Em 2014

79% dos casos referem-se a crianças trazidas para o Brasil



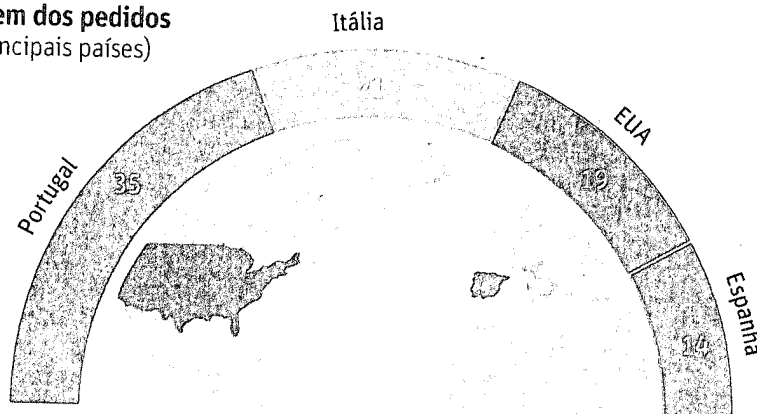
21% de menores levados ao exterior sem o consentimento de um dos pais

85% são pedidos de retorno da criança (para o Brasil ou para o exterior)



15% de regulamentação do direito a visitas

Origem dos pedidos (principais países)



Fonte: ACAF/Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

“ Temos mais casos de crianças brasileiras sendo trazidas para cá do que o contrário porque o controle das fronteiras aqui é mais rigoroso do que muitos países

GEORGE LIMA
responsável no governo por cuidar dos casos de sequestro internacional

Proporcionalmente, o número de casos novos praticamente tem dobrado a cada ano. A crise econômica, principalmente na Europa, é uma das explicações

IDEM

“ É como estar num vácuo. O tempo está passando e tudo o que eu faço é esperar, todos os dias, que o Brasil faça Justiça a mim e ao Lucas

SØREN AAGESEN
Dinamarquês que disputa a guarda do filho na Justiça brasileira

“ O Judiciário precisa caminhar para internalizar os princípios da Convenção de Haia

GEORGE LIMA
Coordenador do órgão que cuida dos casos de sequestro internacional

CONTINUA

03 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

'Tudo o que faço é esperar por Justiça', diz pai dinamarquês

A história relatada é praticamente sempre a mesma. O casamento fraqueja e a vida no exterior já não parece tão boa. A mãe decide passar uma temporada em seu país de origem com as crianças e nunca mais volta para onde viviam antes, privando o pai de conviver os próprios filhos.

“Temos mais casos de crianças brasileiras sendo trazidas para cá do que o contrário porque o controle das fronteiras aqui é mais rigoroso do que muitos países. Um dos pais dificilmente sai do Brasil sem o consentimento do outro”, explica George Lima, coordenador do órgão do governo que cuida dos casos de sequestro internacional.

Os números mostram bem isso: 79% dos pedidos de retorno referem-se a crianças trazidas irregularmente ao Brasil, segundo a Secretaria de Direitos Humanos.

Essa é a história de Lucas, filho de uma brasileira com o economista dinamarquês Sören Aagesen. Após três anos de casamento, a separação foi inevitável e a mãe voltou ao Brasil sem o filho, em 2007.

De acordo com o pai, no ano seguinte, ela apareceu sem avisar, pegou a criança na escola e voou para o Brasil. Em 2011 a Justiça decidiu que Lucas deveria voltar à Suécia, conforme prevê a Convenção de Haia.

Lucas foi então novamente sequestrado, de acordo com a versão de Aagesen.

A mãe rechaça as acusações e tenta manter o filho no Brasil. A última audiência foi cancelada em cima da hora.

“É como estar num vácuo. O tempo está passando e tudo o que eu faço é esperar, todos os dias, que o Brasil faça Justiça a mim e ao Lucas”, afirma Aagesen.

O dinamarquês, que não consegue ver o menino desde 2012, diz não ter medo da rejeição do filho porque tenta, apesar das dificuldades, visitá-lo sempre no Brasil.

JUDICIÁRIO

Lima, da Secretaria de Direitos Humanos, diz que tem visitado tribunais federais para sensibilizar o Judiciário a criar varas especializadas.

O governo está decidido a intensificar uma campanha junto às principais comunidades brasileiras no exterior.

A ideia é alertar brasileiros que vivem fora que trazer filhos sem o consentimento da outra parte é ilegal aos olhos da legislação internacional.

Especialistas estão convencidos de que a morosidade da Justiça é extremamente prejudicial para as crianças.

O tempo pode transformar o pai ou a mãe que estão distantes em verdadeiros desconhecidos, complicando ainda a adaptação em caso de retorno da criança ao exterior.

Por isso o advogado Ricardo Zamariola se diz surpreso com a adaptação de Sean Goldman, que ficou cinco anos longe do pai.

Advogado de Aagesen, ele também defendeu o pai de Sean e diz que o estranhamento do reencontro foi menor do que se esperava. Após morte da mãe, Sean ficou com o padrasto e os avós maternos no Brasil até o Supremo Tribunal Federal decidir mandá-lo de volta aos EUA em 2009.

03 AGO 2014

FOLHA DE S. PAULO

Fenaj critica

Justiça por

direito de

resposta

Para Celso Schröder, exigência de publicação 'parece intromissão'

Deputado relatou à Folha ter recebido oferta de propina para que seu partido apoiasse o PSB em PE.

DE BRASÍLIA
DE SÃO PAULO
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM CURITIBA

O presidente da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), Celso Schröder, chamou de "intromissão da Justiça" a determinação do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) de Pernambuco para que a **Folha** publicasse direito de resposta do candidato do PSB ao governo pernambucano, Paulo Câmara, no sábado (2).

Para Schröder, há uma lacuna nos pedidos dos direitos de resposta deixada pelo fim da Lei de Imprensa, declarada inconstitucional pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em 2009, o que abre margem para diversas interpretações nos julgamentos.

"Se o jornalismo foi garantido, se as prerrogativas de pontos, contrapontos e de terceiros pontos foram respeitadas, tem que haver muito cuidado nas intromissões da Justiça", disse Schröder.

"Parece que é uma intromissão de uma instância da vida brasileira, legítima que é a Justiça, obviamente, mas intromissão sobre uma atividade que precisa ter uma autonomia razoável", avalia.

O presidente da Fenaj pondera que a entidade não defende autonomia absoluta e que é a favor do direito de resposta, mas que ele precisa estar bem regulamentado. Hoje, o direito de resposta se baseia no Código Civil —para ele, há um problema por não levar em conta as especificidades do jornalismo.

Um ministro do STF também afirmou, pedindo anonimato, que a falta de regras legais sobre o direito de resposta é ruim para a imprensa. Como não há uma referência, cada juiz pode decidir de maneira diferente, afirmou. Mas, para o ministro, o direito de resposta é especialmente importante no período eleitoral, pois permite que o dano seja reparado antes das eleições.

Afilhado político do candidato do PSB à Presidência da República, Eduardo Campos, Câmara foi à Justiça pedir direito de resposta após a **Folha** publicar reportagem em

que o deputado José Augusto Maia (PE) relata ter recebido oferta de propina para que seu partido, o Pros, apoiasse a chapa liderada pelo PSB.

O jornal entrou com recurso no TSE e com pedido para que a ordem de publicação ficasse suspensa até a decisão final sobre o recurso.

O caso foi distribuído para o gabinete do ministro Gilmar Mendes na quinta (31), mas, como este era o último dia do recesso do Judiciário, acabou indo para o gabinete do presidente do TSE, José Antonio Dias Toffoli, que negou o pedido da **Folha**. A assessoria de imprensa do presidente do TSE informou que a decisão do ministro "não se trata de censura à imprensa, e sim de um posicionamento baseado nos elementos apresentados".

ALIADO DE CAMPOS

Campos afirmou neste sábado (2) que não houve nenhuma iniciativa da campanha nacional sobre o pedido.

"As campanhas estaduais respondem por suas iniciativas. Não houve nenhuma iniciativa da campanha nacional [sobre o direito de resposta]", afirmou, em Brotas (SP).

Aécio Neves (PSDB) defendeu a publicação. "É direito de quem se sente ofendido se justificar", disse, em Curitiba.

O candidato do PTB ao governo de PE, Armando Monteiro, criticou. "Só mostra que o candidato não entende o papel da imprensa na sociedade."

O coordenador jurídico da campanha do PSB em PE, Carlos Neves, disse que não houve tentativa de cercear a liberdade de imprensa. "Só fizemos questão de exercer o direito ao contraditório com o mesmo espaço e proporção."

IMPACTO PARANÁ

JUSTIÇA

Osmann de Oliveira
- Advogado

02 AGO 2014

MUITOS PASSARAM E NÃO VOLTAM MAIS

Não aprecio a leitura dos obituários, mas é através deles, entretanto, que fico sabendo, vez ou outra, da morte de uma pessoa amiga. Então eu me entristeço, pois, poderia-mos ter estreitado mais a amizade, trocando idéias, formando pensamentos.

Não se tendo feito isso no momento certo há que se recordar apenas o que indagou FRIDRICH NIETZSCH, através da personagem que criou, Zaratustra,:

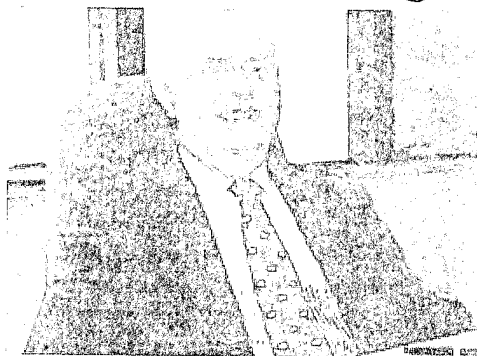
- "grande astro", (perguntando ao sol), que seria da tua felicidade se te faltassem aqueles a quem iluminas?"...

Agora sei do falecimento de IVAN CAMPOS BORTOLETO (foto acima). Conheci-o, faz muitos anos, quando oficiava no gabinete do então Coronel Barcelos, Secretário do Trabalho e Assistência Social. Formou-se em direito, ingressou na magistratura, casou-se com a Dona Marcia Maria e, com o apoio desta, pois, o incentivo das mulheres é sempre o caminho das grandes vitórias, chegou ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná.

Dezenas de vezes acompanhei julgados seus onde deixava transparecer a sua cultura jurídica e o seu amor ao direito.

Outros magistrados mereceram, também, a minha consideração, sobretudo, porque entendo que a judicatura é mais do que vocação e se confunde com o sacerdócio.

Diante daquele e daqueles que se foram ponho-me a pensar como seria bom se a toga fosse vestida



sempre e por todos refletindo a bata monástica da honra que deve, -esta sim,- passar para os seus pósteros.

A existência é um estalar de dedos. Nem sempre vai em direção reta. Há que se saber entrar nas curvas e, às vezes encontrar-se atalhos. Já a morte, como escreveu Santo Agostinho, não é nada. É preciso compreendê-la. Aquele apóstolo cristão aconselhou e marcou:

- "vocês continuam vivendo no mundo das criaturas, eu estou vivendo no mundo do criador".

O agora é o instante de espera para depois. É, portanto, necessário muita fé e paciência. O relógio é a voz do "tic-tac". Nenhum minuto chega à hora se não estiver passando por vários segundos. Esse é o ciclo natural. O sol aquece e ilumina o dia parecendo que sai da tarde para que apareça a noite, e esta se enfeita com as luzes artificiais até o instante em que o firmamento cede lugar ao luar e as estrelas e, às vezes, ao clarão dos raios que se projetam para iluminar as trevas.

O valor maior do bom juiz não é somente a saudade que deixa no coração dos seus familiares, mas, é, por igual, os exemplos de dignidade que infundiu em todos.

02 AGO 2014

IMPACTO PARANÁ TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ ESTÁ NA MIRA DOS PARANAENSES

Enquanto caminha uma tentativa de jogar pra debaixo do tapete o mais recente escândalo envolvendo o Tribunal de Contas do Paraná, que chegou a pegar no contrapé seu atual presidente, Artagão de Matos Leão, a imagem da instituição se mantém desgastada e pode ficar em situação ainda mais delicada por conta do CNJ-Conselho Nacional de Justiça.

Com uma eleição para nova mesa diretiva do TC se aproximando, e com chance de acontecer a qualquer momento, pelo fim do período em que preside o mesmo o atual ocupante do cargo, as especulações já caminham pelos corredores da instituição e no Centro Cívico onde as fofocas acabam, muitas vezes, se transformando em realidade.

Por conta desta situação que vem motivando comentários nos bastidores, os nomes de Nestor Baptista e Ivan Bonilha entraram na mira para especulações das possibilidades de um deles suceder Artagão de Matos Leão.

Enquanto isso, o desempenho

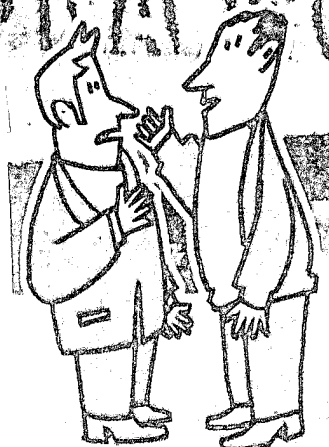


do TC segue normalmente, sem contar com dois conselheiros que estão com situação sub-júdice, deixando claro, pelo menos para o público em geral, que menos integrantes, como neste caso, não melhora ou piora o desempenho do mesmo.

Na atualidade, inclusive, prefei-

tos paranaenses estão com um pé na frente e outro atrás em relação ao julgamento de suas contas, uma vez que os alcaides não tem a mesma facilidade dos governos estaduais que nunca têm suas contas reprovadas e salvam-se graças as ressalvas que no caso das prefeituras pouco vêm ajudando.

**VOCÊ
ACHA QUE UM
CONSELHEIRO
FAZ FALTA?**



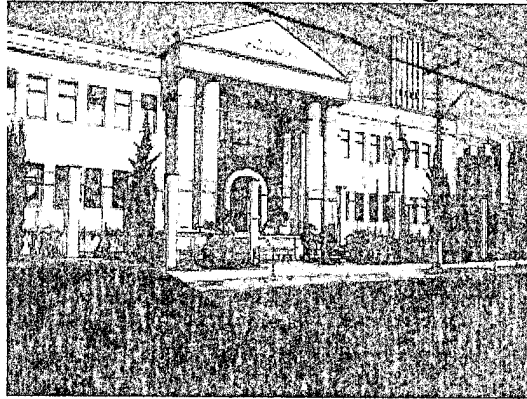
**NEM PENSAR... NESSE
AQUI ESTÃO FALTANDO DOIS,
O FABIO CAMARGO E O CAIO
SOARES E O TC CONTINUA
TRABALHANDO NORMALMENTE...
SEM FALAR QUE AINDA TEM
UM CONSELHEIRO NA RESERVA
QUE É O MAURICIO REQUIÃO QUE
CONTINUA SONHANDO
EM VOLTAR...**

02 AGO 2014

IMPACTO PARANÁ

DEFENSORIA PÚBLICA É IMPLANTADA, MAS DEFENSORES APRONTAM EM SJP

A recente implantação e imediato funcionamento da Defensoria Pública em São José dos Pinhais trouxeram alento aos transgressores criminais (que já não precisam contratar advogado), mas, em infame "compensação", um problema para este Foro Regional e aborrecimentos para muitos advogados.



Aqui em S. José dos

Pinhais atuam diretamente no Fórum os defensores públicos Carlos Augusto Silva Moreira Lima e Renan Thomé de Souza Vestina, enquanto na sede da Defensoria fica o também defensor público Desidério, que, envolvido com a administração da DF não atua de público.

Para estranheza dos serventuários da Justiça e dos advogados criminalistas que militam em SJP, os dois indigitados defensores públicos vêm ostentando oceânica distância de todos os comuns mortais, como se fossem "deuses do Olimpo" da Defensoria Pública, afetados, turrões e convencidos.

O defensor público Moreira Lima é exemplo de arrogância, tanta que surpreende até pela sua condição de carioca, que, via de regra, é distinto e sociável. De repente destrata um servidor, ignora um advogado, e a qualquer dúvida de um defensor particular, "perde as estribeiras", furibundo.

Nem tanto irascível, mas igualmente "distante" e muito enjoado, Renan Thomé mantém aquela postura de "muito importante" e intoxicá-

vel, e também não suporta ouvir qualquer reparo de um advogado constituído pelo réu, pelo que estes e aqueles temem sua reação em face de qualquer parada.

É tamanha a autossuficiência e voluntarismo de Moreira Lima e Souza Vestina que até juízes e promotores vêm evitando contato com esses dois defensores públicos, restringindo-se às formalidades legais, mas, em silêncio, por certo, desaprovando tais condutas que nada têm de urbanidade.

"A expectativa é que Desidério acalme a dupla, senão o assunto será levado à Defensoria Pública em Curitiba. Afinal de contas, o nosso Fórum se destaca, também, pelas excelentes relações entre Juízes, Promotores, Advogados e Serventuários em geral", observa o advogado Ralph D. Moreira.

DROPS

Os registros, aqui, de sérios problemas afetando o PT de SJP, vem fazendo aquilo que se chama "ranger de dentes" na cúpula do partido, em

que se destacam, pelo imobilismo, o presidente Cássio Moletta e os dois vereadores petistas, Bira do banco e Abelino Abelha (que não produz mel).

A situação chegou a tal ponto que os dirigentes partidários vêm cogitando da expulsão de alguns militantes que se insurgem contra o atual estado de coisas, entre eles o advogado Ralph D. Moreira, que formulou uma denúncia

ao PT e até agora não obteve nenhuma resposta.

"Eu quero ver se eles terão coragem de, ao invés de agirem para tirar o partido do marasmo em que se encontra, fazerem reunião para me expulsar", protesta o advogado Ralph D. Moreira, que avisa: "Se isso acontecer, creio que a patacoada será revertida em Curitiba, senão, em Brasília."

Mas "nem tudo está perdido". Consta que o ex-prefeito Ivan Rodrigues estaria batalhando em favor de 17 nomes para deputado estadual e deputado federal, com a finalidade primordial de "esvaziar" a caixinha de votos de Chico Bühner e Leopoldo Meyer em SJP e região.

Muito diligente, "trabaiano" na surdina, para governador Ivan Rodrigues apóia Gleisi Hoffmann, mas também Roberto Requião, e, "por debaixo dos panos", Beto Richa. "Ele quer ficar de boa com todo mundo", observa um de seus íntimos ex-assessores, hoje magoado com o ex-burgomestre.

02 AGO 2014

IMPACTO PARANÁ

AO PÉ DO OUVIDO

Nepotismo é isso. Influência do Ministro Luiz Fux, do STF, vem causando constrangimento na área judicial carioca onde sua filha concorre à desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio. Uma ascensão meteórica da filhinha que nem precisa explicar se imaginarem a mesma situação já registrada por estas bandas, onde o pai, presidente do TJ, decidiu no particular pela eleição do filho a conselheiro do Tribunal de Contas, situação atualmente *sub-judice*.

02 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA

Juiz manda Beto Richa cessar serviços na Tenda Digital

Luis Fernando Wiltemburg
Reportagem Local

A Justiça Eleitoral do Paraná mandou que o governador Beto Richa (PSDB), que tenta a reeleição, deixe de oferecer sinal de internet e serviços de fotografia dentro da Tenda Digital, inaugurada pelo candidato na última terça-feira. Na liminar favorável à candidata do PT, Gleisi Hoffmann, o juiz auxiliar Guido José Döbeli compara os serviços aos antigos brindes eleitorais, como canetas e chaveiros.

A Tenda Digital é uma espécie de base para cuidar das redes sociais da campanha do governador. De acordo com o site do próprio partido, a unidade conta com uma "equipe de ativistas, estúdio de produção de fotos e gravação de áudio, espaço de reunião e área para visitantes acessarem a internet". O espaço é comandado pelo filho do governador, Marcello Richa.

No despacho, o juiz acata a argumentação de Gleisi de que seu adversário estaria oferecendo vantagens aos eleitores que "podem desfrutar, pelo tempo que desejarem, de acesso à internet e estúdio para produção de fotos". A argumentação é baseada em uma reportagem publicada em jornal de Curitiba.

Ao conceder a tutela inibitória (instrumento que tem o intuito de evitar a ocorrência de algo ilícito), o magistrado lembrou que os brindes eleitorais estão proibidos, mas ponderou que um comitê "em que se disponibiliza acesso à internet e produção de fotografias" é um local típico para atrair eleitores, principalmente os jovens. "Assim, me parece que o brinde de ontem se modernizou, ganhou cara nova, passou de canetas, bonés e camisetas a vantagens mais atrativas aos eleitores, condizentes com a era digital", escreveu Döbeli.

A liminar determina a cessão desses serviços imediatamente, sob pena de multa de R\$ 10 mil.

Ainda não notificada, a defesa de Beto, que vai recorrer, classificou a ação de "descabida porque é baseada inteiramente em reportagem" e que a Tenda Digital é feita por voluntários, fechada e sem acesso a visitantes.

02 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Contra lei, TJ-RJ pode dobrar duração de mandato

Ex-presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o desembargador Luiz Zveiter encaminhou emenda ao regimento interno do tribunal para que cargos de direção sejam ocupados por até oito anos. A Lei Orgânica da Magistratura Nacional, no artigo 102, e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não permitem a reeleição do presidente, e tampouco que os outros cargos diretivos sejam ocupados por mais de quatro anos.

Eis a questão

O TJ-RJ deve decidir na segunda-feira (4) se Luiz Zveiter pode se candidatar a presidente da Casa de novo. As eleições estão marcadas para dezembro.

Polêmica

Zveiter presidiu o Tribunal entre 2009 e 2011, quando negou proteção policial à juíza Patrícia Acioli, que acabou sendo brutalmente assassinada

Benesse

A presidente do TJ-RJ, Leila Mariano, enviou à comissão de legislação minuta criando auxílio-educação a dependente de servidor e magistrados.

02 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Disparo acidental

Um segurança do Supremo Tribunal Federal (STF) fez um disparo acidental no momento da troca de guarda por volta das 15 horas da tarde desta sexta-feira, 1º, logo após a primeira sessão do semestre na Corte. O disparo atingiu um móvel que estava do lado de fora do saguão da Corte.

Na troca de guarda

De acordo com a assessoria do STF, o disparo aconteceu no momento da troca da guarda, que é terceirizada. A secretaria de segurança do STF abriu sindicância para apurar o fato e saber se houve inobservância de algum procedimento de segurança. O vigilante que portava a arma no momento do disparo ficará afastado até o final da apuração. Ninguém ficou ferido.

Sucessor

Na rápida sessão de ontem, os ministros do STF não elegeram um novo presidente, após a aposentadoria de Joaquim Barbosa. De acordo com o ministro Ricardo Lewandowski, que será o sucessor de Barbosa, os colegas de Corte optaram não fazer a eleição em razão da ausência dos ministros Luiz Fux e Luís Roberto Barroso.

'Ministro exemplar'

Na última quinta-feira, o senador Aécio Neves, candidato do PSDB à Presidência, afirmou que o ex-presidente do STF Joaquim Barbosa vai para a aposentadoria como um ministro "exemplar". A declaração do tucano se deu após ele ser questionado sobre comentários que circulam em redes sociais dando conta de que ele teria convidado Barbosa para ser seu ministro da Justiça, caso vença a eleição. Aécio negou o rumor, disse ter "respeito enorme" por Barbosa e afirmou que eles não têm se falado ultimamente. Seguiram-se, então, os elogios. Barbosa foi o relator da ação penal 470, que puniu os envolvidos no esquema do PT. Sua conduta no caso sempre foi elogiada pela oposição e criticada pelo PT.

02 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA

Gaeco denuncia 12 PMs por tortura e execuções

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - O Grupo de Atuação de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público do Paraná (MPPR), apresentou à Justiça denúncia contra 12 policiais militares pela prática de tortura e supostas execuções realizadas em dois episódios distintos ocorridos no ano passado. O órgão também pediu a prisão preventiva de todos os envolvidos e aguarda um posicionamento do Judiciário.

Um dos casos se refere ao desaparecimento do ajudante de pedreiro Edenílson Murrillo Rodrigues, de 26 anos, no dia 21 de maio de 2013. Conforme a apuração do Gaeco, sete policiais estariam envolvidos na ocorrência. O fato teria ocorrido na chácara onde Edenílson morava, em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Na época do crime, familiares relataram que o rapaz foi retirado à força por policiais militares. Neste caso, além denúncia de tortura e execução, os suspeitos também podem responder por ocultação de cadáver.

A outra denúncia diz respeito a um triplo homicídio, ocorrido em outubro do ano passado, no bairro Umbará, na capital. Segundo o Gaeco, três rapazes foram detidos por cinco policiais militares logo depois de uma residência ter sido assaltada. Entretanto, em vez de encaminhar os suspeitos para a delegacia, os policiais teriam executado o trio de assaltantes num matagal, informando, posteriormente, que as mortes ocorreram em decorrência de um confronto com os bandidos.

A denúncia do Gaeco foi feita há aproximadamente 15 dias, mas só foi divulgada ontem. A Justiça ainda não se posicionou sobre o pedido. A Polícia Militar informou que nos dois casos citados foram instaurados inquéritos policiais militares (IPMs) para esclarecer as circunstâncias que envolveram os fatos, e que inclusive já foram remetidos para a Justiça. Caso fiquem comprovados os atos, a PM reforçou que podem ser aplicadas penas que vão de advertência a exclusão da corporação. Os militares estão afastados de suas funções operacionais.

*Suspeitos de envolvimento
nos casos estão afastados
de funções operacionais*

02 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA

Conselheiro do TC e AMP trocam farpas

Edson Ferreira
Reportagem Local

A mobilização da Associação dos Municípios do Paraná (AMP) em torno do projeto de lei que altera regras do Tribunal de Contas (TC) do Estado colocou o órgão de fiscalização e a entidade paranaense em rota de colisão. Para prefeitos, que pedem as modificações, o TC é excessivamente rigoroso na análise das contas municipais. Durante a última sessão do Pleno do TC, na quinta-feira, ao trazer à pauta um pedido de liberação de certidão para a Prefeitura de Nova Olímpia (Noroeste), cujo prefeito, Luiz Lazaro Sorvos (PDT), é também o presidente da AMP, o conselheiro Nestor Baptista demonstrou irritação e se juntou a outros conselheiros que já haviam se manifestado contrários ao projeto. Na sessão, Baptista se referiu ao projeto como "aquilo que alguns desqualificados estão pretendendo fazer". A proposta tramita na Assembleia Legislativa (AL) do Estado.

Ao negar a liberação da certidão alegando falta de informações fornecidas pela Prefeitura de Nova Olímpia, que teria deixado de alimentar o sistema do TC desde março de 2013, Baptista incluiu na sessão um processo de 2007, sobre a nomeação da esposa de Sorvos, Angela Silvana Zaupa, como controladora interna do município. Ele pediu a abertura de investigação por parte do TC sobre suposta ilegalidade

Baptista:
"O advogado que assessora a AMP tem feito reuniões na Assembleia, seguidamente, para acabar com as multas impostas por este tribunal"

por entender que o órgão foi "ludibriado" por não saber do parentesco entre os dois à época. Para Baptista, o prefeito nomeou a mulher "para aumentar a renda da família, evidentemente".

Durante sua fala, de cerca de 30 minutos, o conselheiro fez críticas também ao atual assessor jurídico da AMP, Júlio Henrichs, que "usa o seu cargo para pressionar prefeitos e presidentes de Câmaras para faturar e não está sozinho". Ele disse que o advogado tem 44 prefeituras entre seus clientes. Outra empresa do grupo empresarial liderado por Henrichs prestaria serviços a 19 prefeituras.

Sorvos e Henrichs estão na Argentina com um grupo de prefeitos, mas ambos divulgaram notas ontem à imprensa sobre o caso. Segundo Henrichs, "os contratos citados pelo conselheiro do TC foram realizados em 2006 e 2007 em sua maioria para revisão dos coeficientes de participação no FPM" e "não tenho receio nenhum quanto a sua legalidade".

Em sua nota, Sorvos também rebate as afirmações do

TC sobre a nomeação da esposa. "Ela disputou com absoluta condição de igualdade com os demais candidatos. Não houve nenhum impeditivo para o seu chamamento." Sem citar especificamente o conteúdo das declarações de Baptista na sessão do Pleno, ele falou ainda em "tom revanchista e retalhador" do conselheiro, em razão da mobilização dos prefeitos pelas mudanças no TC. Segundo Sorvos, "não fica bem para um Juiz de Corte de Contas deitar falação, tecer inverdades sobre assuntos já julgados e devidamente arquivados".

A reportagem da FOLHA conversou por telefone ontem com Angela Silvana Zaupa. Ela enviou à redação o decreto, de 2007, que a nomeia no cargo de assessor de controle interno. Naquele ano, Sorvos era o prefeito. "Nunca tive cargo comissionado. Passei em terceiro lugar no concurso, mas fui convocada porque o primeiro colocado passou em outro concurso e o segundo era de outra cidade e decidi mudar", explica.

O TC também divulgou nota ontem afirmando que "inexiste qualquer espécie de retaliação" na investigação em Nova Olímpia e na citação de Henrichs. Contudo, ainda na sessão do Pleno, Baptista lembrou que "o advogado que assessora a AMP, inclusive, tem feito reuniões na Assembleia, seguidamente, para acabar com as multas impostas por este tribunal". "Falo sem motivação política", completou.

02 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA

Adolescente lança livro sobre adoção por casal homoafetivo

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba - Um processo de adoção diferente, de uma criança com idade avançada e por um casal homossexual. Este é o ponto de partida do livro "Jamily: a Holandesa Negra", que será lançado neste domingo, em Curitiba. A obra que conta a história de uma menina etíope que é adotada por um casal gay holandês é parecida com a própria experiência do autor, Alyson Miguel Harrad Reis, de apenas 13 anos de idade.

O livro fala da necessidade de ampliar as formas de adoção para além de bebês e crianças pequenas e brancas para proporcionar o convívio com uma família a crianças mais velhas e adolescentes de diferentes cores, raças e etnias. Alyson foi adotado pelo casal homoafetivo Toni Reis e David Harrad em 2011, depois de passar 10 anos vivendo em um abrigo na capital.

"O livro tem como intenção salientar que não existem apenas bebês brancos e de olhos azuis, ou até mesmo um 'padrão' de filho ideal. E o que realmente importa em uma adoção é a construção de uma família, dar um lar de verdade para alguém e sem se importar com sua idade ou etnia", destacou.

O adolescente lembra que no abrigo onde viveu, além dele, havia outras dez crianças com idade avançada, inclusive uma com 15 anos, ainda aguardando adoção. "É

importante continuar tratando do assunto porque muitas crianças ainda vivem em abrigos, esperando serem adotados. E boa parte dos casais procura somente bebês da cor branca e do sexo feminino. Isso deveria ser diferente e o livro é uma forma de fazer as pessoas refletirem sobre o assunto", disse.

Alyson contou que sempre mostrou interesse pela leitura, mesmo gostando mais de matemática entre as disciplinas da escola. Ele informou que desde quando começou a ler livros e crônicas teve vontade de escrever. "A partir do momento que fui adotado pelos meus pais achei que deveria unir esses dois mundos, adoções e relações homoafetivas. Consegui colocar dois temas que sempre me interessaram e de defender aquilo que meus pais me ensinaram", reforçou o jovem.

David Harrad, um dos pais de Alyson, explicou que a princípio o menino queria escrever a própria história, de como foi adotado, mas aos poucos ele se convenceu de que seria melhor desenvolver uma ficção utilizando elementos marcantes que ocorreram em sua vida. "Ele é muito talentoso e estamos orgulhosos deste lançamento. Foi uma conquista e ele participou de todo o processo, inclusive fez os desenhos da capa do livro, que apenas foram revisados por alguns profissionais", explicou.

Alyson, que lê em média três livros por mês, já está escrevendo sua segunda obra,

entretanto, não quis adiantar qual tema será abordado. "Ainda estou desenvolvendo a ideia", despistou.

Toni Reis explica que o processo de adoção de Alyson durou ao todo sete anos. O casal já adotou outras duas crianças (uma menina de 11 anos e seu irmão, de 8 anos) em abril deste ano. "É emocionante ver a evolução destas crianças. Infelizmente muitas delas, com idades avançadas, ainda permanecem em abrigos sem qualquer perspectiva, por isso é fundamental que esta discussão prossiga. É mais um motivo de orgulho para gente que nosso filho tenha escolhido este tema para lançar um livro", completou Reis.

O lançamento será neste domingo, às 10 horas, na Casa Hoffmann, no Largo da Ordem, bairro São Francisco, em Curitiba.

04 AGO 2014

FOLHA DE LONDRINA

Beto tem direito de resposta no site de Requião

Luis Fernando Wiltemburg
Reportagem Local

O juiz eleitoral auxiliar Guido José Dölbeli concedeu ontem direito de resposta ao candidato Beto Richa (PSDB), que tenta a reeleição ao governo do Estado, e determinou que o adversário Roberto Requião (PMDB) publique em seu site texto do tucano sobre sua relação com doações de campanha feitas por concessionárias de rodovias.

A decisão favorável a Beto foi dada após análise de recurso do próprio Requião, que pediu reconsideração de liminar de dois dias antes. Dölbeli havia determinado a retirada de uma frase do site de Requião que, para o magistrado, pode levar o eleitor a acreditar em conduta ilegal do tucano.

Segundo o despacho, o direito de resposta deve ter a mesma fonte e número de caracteres do trecho considerado ofensivo e deve permanecer acessível pelo dobro do tempo – o texto em questão está no ar desde 28 de julho.

Procurada, a equipe de campanha do peemedebista não quis comentar a decisão antes de ser notificada.

PRP substitui vice de Ogier Buchi

Andréa Bertoldi
Reportagem Local

Curitiba - O Partido Republicano Progressista (PRP) decidiu ontem pela substituição do candidato a vice-governador da chapa que vai concorrer ao governo do Paraná nas eleições deste ano. O odontólogo Valfredo Dzazio, que tinha sido escolhido como vice de Ogier Buchi, será substituído pelo advogado Elson de Almeida Ribas Filho.

Segundo o presidente do PRP, Jorge Luiz de Paula Martins, a decisão foi tomada porque Dzazio responde por algumas irregularidades na prestação de contas da campanha eleitoral de 2012. Na época, ele tinha disputado uma vaga de vereador em Ponta Grossa. Martins explicou que o partido resolveu se antecipar antes que o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) adotasse alguma medida.

O partido também realizou outras alterações. Celso Luiz Soares Rocha, que era suplente à vaga do Senado, foi substituído por Ceslau Makovski. E ainda as candidatas a deputada estadual Evani Aparecida Caldas de Lima e Edite Correa de Arruda deixaram de concorrer e não serão substituídas. O partido também deve substituir Antonio Pereira Tinoco (segundo suplente ao Senado), mas a decisão ainda não teve a confirmação do TRE. O candidato ao Senado do partido é Mauri Viana Pereira.

04 AGO 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Marido é condenado a 9 anos de prisão por estuprar esposa



Juíza Ângela Cristina Leão afirma que o casamento não é uma carta branca para o marido forçar a mulher

O matrimônio não dá o direito do marido forçar relações sexuais com a mulher. É o que diz a sentença da juíza Ângela Cristina Leão, do TJ-GO (Tribunal de Justiça de Goiás) da comarca de Goianira, que condenou a mais de 9 anos de prisão, em regime fechado, um homem que estuprou a própria mulher. O réu não pode recorrer em liberdade.

Segundo os autos do processo, pessoas próximas ao casal testemunharam que as brigas eram constantes e que

a mulher tentava a separação, contra o desejo do homem. No episódio em questão, o marido, inclusive, confessou ter ameaçado a mulher com uma faca. Na sentença, a juíza afirmou que embora haja, no casamento, a previsão de relacionamento sexual, o "referido direito não é uma carta branca para o marido forçar a mulher, empregando violência física ou moral. Com o casamento, a mulher não perde o direito de dispor de seu corpo, já que o matrimônio não torna a mulher objeto".

04 AGO 2014

Notas políticas

JORNAL DO ÔNIBUS

Governador ganha direito de resposta em site de Requião

Prestação de contas .

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) informou ontem que os oito candidatos a governador e ao Senado pelo estado, nas eleições deste ano, entregaram a prévia dos gastos da campanha eleitoral. O prazo venceu às 23h59 de sábado (2) e o envio dos dados foi feito via internet. O valor dos gastos declarados ainda não foi informado pelo TRE-PR.

Novo vice

O advogado Ogier Buchi, candidato do PRP ao governo, anunciou o advogado Elson de Almeida Robas, de São José dos Pinhais, como novo candidato à vice-governador na sua chapa. Almeida Ribas substituiu o dentista Valfredo Dzazio que renunciou à sua candidatura. Do PRP, outros quatro candidatos também renunciaram à disputa: Celso Luiz Soares Rocha, primeiro suplente ao Senado do PRP, Evani Aparecida Caldas de Lima e Edite Correa de Arruda, candidatas à Assembleia Legislativa.

Tenda fechada

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná determinou que a coligação do candidato à reeleição, Beto Richa (PSDB), suspenda os serviços oferecidos pelo comitê Tenda Digital. A decisão atende ao pedido da Coligação Paraná Olhando Para Frente, da candidata Gleisi Hoffmann (PT). O PT alegou que o espaço tem área para visitantes acessarem a internet. De acordo com a decisão, o oferecimento de serviços, como internet gratuita, configura propaganda eleitoral vedada pela lei.

O Tribunal Eleitoral do Paraná (TRE), em decisão do juiz Guido José Döbeli, ordenou ao senador Roberto Requião (PMDB) retirar de seu site áudio de entrevista em que acusa o governador Beto Richa de ter recebido dinheiro das concessionárias de pedágio e concede direito de resposta na mesma forma e no mesmo espaço.

“Determino (...) que divulguem, na mesma página eletrônica, com o mesmo tamanho, caracteres e outros elementos de realce usados no trecho considerado ofensivo, em até 48 (quarenta e oito) horas após a entrega da mídia física, a resposta do ofendido,

a qual deverá ficar disponível para acesso pelos usuários do serviço de internet por tempo não inferior ao dobro em que esteve disponível a mensagem objeto desta representação”, determinou o juiz Döbeli. ■

Problema insolúvel para os tribunais

O que já vinha devagar nas outras eleições, nesta deve se manifestar de maneira mais forte é o uso das redes sociais como forma de propaganda política. Por ser uma tecnologia que muda dia a dia, com muita velocidade, a legislação não consegue acompanhar o que há de moderno em termos de buscar “seguidores” e muito menos fiscalizar o que todos os candidatos fazem na internet.

Na disputa eleitoral para prefeito de Curitiba, os movimentos nas redes sociais tiveram papel decisivo, no primeiro turno, e o candidato com menos investimentos em comunicação formal – Gustavo Fruet – acabou vencendo a eleição.

A campanha para valer deve começar a partir desta semana, mas a guerra jurídica nos bastidores já vem sendo travado alguns dias, principalmente o que é relativo à “guerrilha virtual”. ■

04 AGO 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MP/PR – MINISTÉRIO OFERECE DENÚNCIA POR CRIME QUE CHOCOU A POPULAÇÃO DE UBIRATÃ

A Promotoria de Justiça de Ubiratã (Região Centro-Ocidental do Estado) apresentou denúncia, nesta quarta-feira (30 de julho), contra o homem acusado de matar uma jovem de 25 anos. O caso, ocorrido no último dia 3 de junho, chocou a população local e dos municípios vizinhos, em função das circunstâncias e do modo de execução. O acusado encontra-se preso. Conforme a denúncia, apresentada pelo promotor de Justiça Carlos Alberto Dias Torres, o denunciado, que era colega de trabalho da vítima, ofereceu-lhe uma carona até a empresa, mas desviou do caminho.

MP/PR – JUSTIÇA DETERMINA RESSARCIMENTO AOS COFRES PÚBLICOS POR PAGAMENTO INDEVIDO DE DIÁRIAS

O Juízo da 1.^a Vara Cível de Guaíra (Região Oeste do Estado) condenou o espólio de um ex-vereador, falecido em 2010, a ressarcir os cofres do Município de Guaíra, em razão do recebimento de valores destinados ao pagamento irregular de diárias de viagens. A decisão foi proferida a partir de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público na Comarca.

Investigação da 1.^a Promotoria de Justiça apontou que, entre os anos de 1998 e 2000, o então parlamentar simulou viagens com o intuito de receber indenização de diárias, como forma de complementação da sua remuneração, o que é irregular.

STF ADIA ELEIÇÃO DE LEWANDOWSKI PARA A PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu adiar a votação simbólica da eleição do ministro Ricardo Lewandowski para a presidência da Corte. Os ministros entenderam que não seria conveniente realizar a votação sem a presença dos ministros Luís Roberto Barroso e Luiz Fux, que não compareceram à sessão.

Com a decisão, Lewandowski continua interinamente como vice-presidente da Corte. A votação deve ser realizada na próxima semana.

02 AGO 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

MP pede prisão de 12 policiais militares

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), vinculado ao Ministério Público do Paraná (MP-PR), denunciou 12 policiais militares por uma série de crimes, como homicídio, tortura e ocultação de cadáver. As denúncias se referem a dois casos distintos, ocorridos no ano passado, na capital e na região metropolitana. O Gaeco pediu à Justiça a prisão preventiva de todos os acusados.

Uma das denúncias diz respeito ao triplo homicídio, registrado em outubro do ano passado, no Umbará. De acordo com o Gaeco, pouco depois de uma casa ter sido assaltada, três suspeitos foram detidos por cinco policiais militares. Mas, em vez de levar os suspeitos à delegacia, os PMs teriam executado o trio em um matagal.

Em seguida, os policiais teriam adulterado a cena do crime e colocado armas de fogo ao lado dos suspeitos, a fim de simular confronto. Oficialmente, um dos policiais preencheu o boletim de ocorrência, afirmando que houve tiroteio com os assaltantes. Os cinco PMs foram denunciados por triplo homicídio qualificado e falsidade processual, por alterar a cena do crime.

Caso Ednilson

A outra denúncia está relacionada ao desaparecimento do ajudante de pedreiro Ednilson Murillo Rodrigues. Segundo a apuração do Gaeco, sete policiais invadiram a chácara em que ele morava, em Piraquara, algemaram e torturaram o jovem, com chutes, tapas, asfixias e afogamentos. Ednilson não resistiu.

Em seguida, os policiais teriam enrolado o corpo da vítima em um cobertor e levado o cadáver, na viatura, para local desconhecido.

04 AGO 2014

BEMPARANÁ

Vice de novo

O candidato a vice-governador, na chapa de Ogier Buchi (PRP), o odontólogo Valfredo Dzazio (PRP), desistiu de concorrer nas eleições deste ano. Além dele, outros cinco políticos do Partido Republicano Progressista (PRP) renunciaram às candidaturas. Segundo Ogier Buchi, o novo vice “já está escolhido há uma semana”. Valfredo Dzazio, ex-presidente da Câmara de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, teria desistido da candidatura por uma “dificuldade” em prestações de contas anteriores. Dzazio foi vereador sete vezes e, segundo Buchi, na última campanha “não cuidou da prestação de contas”. O indicado para substituir o vice na chapa do PRP é o advogado Elson de Almeida Ribas, de São José dos Pinhais.

Pede pra sair

Em um mês de campanha eleitoral, 17 candidatos deixaram a corrida por um cargo eletivo por renúncia ou indeferimento do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR). O Partido Republicano Progressista (PRP) é o campeão de desistências até agora, com cinco desistências. Dos candidatos a uma vaga na Assembleia Legislativa, 13 estão fora do pleito. Entre eles está o deputado estadual Felipe Lucas (PPS), que renunciou. O ex-candidato do PPS tomou posse como deputado estadual na Assembleia Legislativa abril deste ano no lugar de Alceu Maron Filho (PSDB), que teve o mandato cassado por infidelidade partidária.

Siga o dinheiro

Neste ano, pela primeira vez, serão divulgados os doadores de campanhas já nas prestações de contas parciais, além dos valores arrecadados e as despesas com origem e destino dos recursos, e acordo com a Resolução 23.406/2014, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). De acordo com a legislação eleitoral, a segunda parcial deve ser entregue entre os dias 28 de agosto e 2 de setembro e os relatórios finais até 30 dias depois das eleições, ou seja em 4 de novembro. Os candidatos que renunciaram e tiveram registros indeferidos também devem prestar contas na data.